

JEAN PIERRE CHAUVIN

TREZE FALAS



cancioneiro

TREZE FALAS

JEAN PIERRE CHAUVIN

TREZE FALAS

cancioneiro

Copyright © 2024 by Jean Pierre Chauvin

Todos os direitos reservados

Projeto gráfico e diagramação

Ronyere Ferreira

Capa

Alexandre Mesquita

A ilustração da capa

Morgana Chauvin

CANCIONEIRO

Editora

Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial

Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)

Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)

Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Marta Gouveia de Oliveira Rovai (Universidade Federal de Alfenas, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Chauvin, Jean Pierre.

Treze falas. / Jean Pierre Chauvin. – 1. ed. – Teresina:

Cancioneiro, 2024.

95 p. il.

ISBN: 978-65-5380-212-4 (digital)

1. Literatura Brasileira – Ensaios 2. Linguagem 3. Fala 4.
Comunicação I. Título

CDD 869.4

Ficha catalográfica elaborada por Larissa Andrade, CRB 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO

TERESINA - PIAUÍ

www.editoracancioneiro.com.br

contato@editoracancioneiro.com.br

[...] ninguém coloniza inocentemente, ninguém coloniza impunemente; uma nação colonizadora, uma civilização que justifica a colonização – portanto a força – já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama seu Hitler, quero dizer, seu castigo.

(Aimé Césaire. *Discurso sobre o Colonialismo*, 1950)

[...] o fato colonial não é uma pura ideia: é um conjunto de situações vividas, e recusá-lo significa ou subtrair-se fisicamente a tais situações ou permanecer ali e lutar para transformá-las.

(Albert Memmi. *Retrato do Colonizado*, 1957)

O imperialismo, que hoje se bate contra uma autêntica libertação dos homens, abandona aqui e ali germes de podridão, que devemos imediatamente detectar e extirpar de nossas terras e de nossos cérebros.

(Frantz Fanon. *Os Condenados da Terra*, 1961)

Sumário

Prefácio.....	9
<i>Cleber Vinicius do Amaral Felipe</i>	
Advertência.....	11
A Fala Consumista.....	13
A Fala do Cidadão “Moderado”.....	32
A Fala Mitomaniaca.....	37
A Fala (In)crédula.....	39
A Fala Pragmática.....	42
A Fala (do) Protagonista.....	47
A Fala Jactanciosa.....	51
A Fala Monológica.....	55

A Fala Negacionista.....	61
A Fala Solidária.....	66
A Fala Imperialista.....	69
A Ideologia Reacionária.....	74
A Fala Lacônica.....	84
Referências.....	88

Prefácio

Leitor estimado, reclamo algum resíduo de paciência, talvez aquele reservado para homilias e desmandos do patronato. Não ignoro o chavão “tempo é dinheiro”, tampouco que o tédio e o cansaço, componentes estruturais da nossa conjuntura, tornam o título deste livro alarmante, com o número treze a prenunciar uma experiência duradoura e enfadonha. Como a recepção é apressada, melhor antecipar o desengano: descanse, pobre vítima do neoliberalismo, este trabalho é breve, didático, despojado de cacoetes professorais e de preciosismos acadêmicos. Com estilo ameno, olhar inconformado e verve irônica, Jean Pierre Chauvin cataloga e esmiuça falas contemporâneas e pouco perceptíveis ao olhar desatento e acostumado a sacrificar o simbólico da linguagem em prol de uma suposta sinceridade livre de artifícios e convenções. Sem contestar a matemática do autor, diria que há uma décima quarta fala, intitulada “Advertência”, utilizada por Jean para codificar seu itinerário, que comporta diferentes gêneros de enunciação (ensaio, crônica, diálogo...), análise de caracteres, discriminação de tipos sociais, tudo conjugado para persuadir “duas ou três almas sem consciência de classe”. Desde logo, o livro admite a dificuldade de aliciar leitores que deveriam ler suas linhas, pois, em geral, eles não nutrem o hábito da leitura ou se restringem à tão (mal) afamada orelha. Por isso a modéstia do autor, projetando o desengano de duas ou três criaturas. À fala monológica, Jean contrapõe a solidária; à (in)

crédula, acrescenta a negacionista; tensiona fala protagonista e lacônica, demonstrando sua irrupção dentro e fora da academia; emparelha discurso jactancioso e fala mitomaníaca; discrimina ansiedade consumista e os juízos implacáveis dos seres supostamente moderados. *Treze falas*, à maneira do primeiro volume da série, *Sete falas*, denuncia a historicidade dos discursos, desmonta suas engrenagens e demonstra que somos lidos pela ideologia circundante, fruto de conflitos, violências e códigos de vária ordem que tendemos a naturalizar para descargo de consciência ou por hipocrisia, outro componente estrutural da nossa tão questionável civilidade.

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

Advertência

Este livro continua a *Série das Falas* – projeto iniciado durante o desastre consentido e/ou apoiado por metade de meus conterrâneos, entre 2019 e 2022. O primeiro volume reunia sete ensaios; neste, ampliaram-se os temas abordados, mas se amenizou o cunho academicista, por assim dizer. O projeto prevê a escrita de artigos suplementares, com vistas a compor uma terceira coletânea.

Treze Falas é título que sugere ambivalência. Num aspecto, pode soar não-original, pois metade dele nomeava o libelo anterior (*Sete Falas*); de outra perspectiva, a persistência do substantivo pretende estabelecer unidade entre os volumes. Evocando o *Crátilo* de Platão, Paul Ricoeur (2019, p. 11) observou que “a denominação não esgota o poder ou a função da fala. O *logos* da linguagem requer, pelo menos, um nome e um verbo e é o entrelaçamento destas duas palavras que constitui a primeira unidade da linguagem e do pensamento”. Reparo, com devida modéstia, que, sem conter verbos, títulos de livros que contêm *falas* pressupõem o estudo de repertório, disposição, elocução, memória e performance.

Os volumes *Sete* e *Treze Falas* contêm pequena quantidade de páginas, razão pela qual alguém poderia objetar, pragmaticamente, que seria preferível ter reunido os ensaios em uma obra só e poupar gastos. Ora, supondo que os leitores sejam poucos e não ultrapassem o círculo de amigos, fami-

liares e um punhado de alunos benevolentes, duvido que um livro extenso, de lombada alta e pesando o dobro, fosse mais atraente e manejável que este. Afora isso, recorrendo à mínima autoridade, reconheçamos que há obras concebidas para ser breves; haverá outras a concentrar maior grandiosidade por centímetro cúbico.

Não sendo este autor um hiperindivíduo midiático (desconfortável frente à ideia de registrar pensamentos na forma de vídeos pasteurizados para um público que não lê) não haverá longas filas com fãs sedentos por autógrafos. Nem a editora, nem este ensaísta farão fortuna com a comercialização do objeto, porque ele demanda alguma concentração durante certo tempo – algo incompatível com a linguagem e a concepção fragmentária em vigor.

Em contraponto, os textos que vão neste volume são dispersos e breves, quem sabe, proporcionais ao gosto da novíssima era digital. A maioria deles pode funcionar como leitura casual, consumida entre estações no metrô; durante o intervalo das aulas; no Café, enquanto um colega não chega. Seja como for, essas falas se situam entre a curiosidade e o inconformismo do autor: **não** convêm aos espíritos reacionários, às mentes colonizadas, aos apologetas do lucro a qualquer custo.

Se São João foi capaz de nos prevenir sobre os sete sinais do *Apocalipse*, fazendo-o com rigor doutrinário e requintes de estilo, porventura um professor militante possa convencer duas ou três almas sem consciência de classe, e enrodilhadas na bandeira nacional, a sair do estado delirante e diagnosticar as contradições deste latifúndio, que nem foi e já acabou. Mínima a audiência digital; máximo o alerta sobre o fim-do-mundo empírico.

J.P.C.

A Fala Consumista

(ou O *Super Cliente* na Ordem do Consumo)¹

[...] no Shopping Center, que é o nosso Panteão e Pandemônio, vêm congregar-se todos os deuses ou demônios do consumo.

(Jean Baudrillard, 2014, p. 21)

O consumidor ideal é um homem sem caráter.

(Byung-Chul Han, 2019, p. 73)

Habitat

Mercado é uma palavra milenar que carrega múltiplas acepções. Vilém Flusser (2011) afirmava que o Supermercado, na forma como o conhecemos hoje, é uma evolução gradual da Basílica, que passou a Templo, depois a Igreja e, finalmente, a local para a troca de produtos. Espaço que estimula o “pecado capital” da soberba², o Supermercado sacralizou a relação

1 Este capítulo retoma ensaio homônimo publicado na *Revista USP*, n. 139, 2023, p. 139-150.

2 “[...] dentre as coisas que homem naturalmente deseja está a excelência. Pois é natural ao homem – e também a toda realidade – desejar a perfeição no bem desejado, que consiste numa certa excelência. Tender a essa excelência segundo a regra da razão divinamente informada será um apetite reto e é próprio da virtude da magnanimidade, segundo o que diz o Apóstolo (II Cor 10, 13): ‘Quanto a nós, não nos gloriemos sem medida’, como que por uma regra que nos é estranha, ‘mas segundo a regra que Deus nos deu como medida’. A deficiência em relação a essa regra é o vício da pusilanimidade; o excesso é o vício

mercantil entre homens, mercadorias e serviços. Jacob-Peter Mayer (2018, p. 14) alertava para o fato de que “O consumo, como novo mito tribal tornou-se a moral do nosso mundo atual. Ele está a destruir as bases do ser humano, quer dizer, o equilíbrio que o pensamento europeu, após os gregos, manteve entre as raízes mitológicas e o mundo do *logos*”.

Especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o vocábulo passou a ser utilizado em contextos mais numerosos e de contornos menos mais fluidos, dentre os quais o macroeconômico e o microeconômico, o financeiro, o profissional, o comercial e o empreendedorismo pessoal. Outro sentido igualmente vago de *mercado* deriva da justaposição da palavra a outro vocábulo, como acontece em *livre-mercado*. Essa aceção costuma se ligar ao universo financeiro e econômico, como se vê em *mercado* de capitais, *mercado* imobiliário, *mercado* editorial, *mercado* de trabalho etc.

No âmbito social, o termo está fortemente atrelado ao cotidiano das pequenas e grandes cidades, configurado de múltiplas formas: bar, quitanda, mercearia, mercadinho, mercado, supermercado, Supermercado (e sua variante, *megastore*). No plano individual, o humor e a ação dos homens que o frequentam acompanham as oscilações da conta bancária e do *mercado* de ações. Cornelius Castoriadis (1992, p. 22) sustentava que:

As duas guerras mundiais, a emergência do totalitarismo, a derrocada do movimento operário [...], o declínio da mitologia do progresso marcam a entrada das sociedades ocidentais numa terceira fase. [...] o período subsequente a 1950 caracteriza-se sobretudo pela evanescência do conflito social, político e ideológico. [...] Depois dos movimentos dos anos 60, o projeto de autonomia parecer sofrer eclipse total.

da soberba [*superbia*], que, como o próprio nome indica, é superar [*superbire*] a própria medida no desejo de superioridade” (Aquino, 2004, p. 80).

Em nossos dias, o Supermercado aparenta ser uma das instituições comerciais mais sólidas, ao lado de *shopping centers*, bancos, livrarias, bibliotecas, faculdades, cafés, cinemas, boliches, casas de espetáculo, igrejas (ou templos), parques, praças, farmácias, borracharias e autoelétricas. Jean Baudrillard observou algumas peculiaridades que caracterizam o universo do consumo nesse ambiente:

No amontoamento, há algo mais que a soma dos produtos: a evidência do excedente, a negação mágica e definitiva da rareza, a presunção materna e luxuosa da terra da promessa. Os nossos mercados, artérias comerciais. *Superprismic*, imitam assim uma natureza reencontrada, prodigiosamente fecunda: são os nossos vales de Canaã onde correm, em vez do leite e do mel, as ondas de néon sobre o ketchup e o plástico. Que importa? A esperança violenta de que não haja o bastante, mas o demasiado, e demasiado para toda a gente, lá está: cada qual leva a pirâmide a desabar de ostras, de carnes, de peras ou de espargos em caixa, pelo facto de comprar uma simples parcela (2014, p. 15).³

Frequentemente, os terminais dos bancos se situam nas áreas circunvizinhas aos Supermercados. Mas há arranjos arquitetônicos ainda mais eficazes. Isso acontece desde quando o estabelecimento passa a integrar o próprio Shopping Center. Nesse universo particular, projetado como se permitisse o acesso a uma nova dimensão temporal e espacial, as ações dos consumidores convergem para necessidades e desejos os mais diversos:

Entre as mercadorias presentes no shopping center está o lazer: as salas de cinema⁴, os jogos eletrônicos, a praça de alimentação,

3 “Já faz tempo que a sociedade de consumo se exhibe sob o signo do excesso, da profusão de mercadorias; pois agora isso se exacerbou com os Supermercados e shopping centers, cada vez mais gigantescos, que oferecem uma pletora de produtos, marcas e serviços” (Lipovetsky, 2004, p. 54-55).

4 “O supermercado e o cinema formam as duas asas de um ventilador que in-

os ocasionais e padronizados eventos artísticos, os brinquedos etc. Os diversos equipamentos de lazer disponíveis em shoppings centers levam as pessoas a encontrar diversão em torno da celebração do objeto, de modo que, mesmo no lazer, o SER permanece subjugado ao TER (Padilha, 2006, p. 181).

Objeto

Com Karl Marx⁵, havíamos aprendido que a mercadoria tinha dois valores: o de uso e o de troca. Pierre Bourdieu pressupunha que ela também comportava o caráter simbólico, conforme os desígnios representativos para determinada sociedade.⁶ Por sua vez, Jean Baudrillard agregou ao termo um quarto aspecto: o do signo, especialmente quando a mercadoria se referia aos modos de diferenciação social na dimensão consumo: “A primeira [valor de uso] é uma lógica das operações práticas. A segunda [valor de troca] é uma lógica de equivalência. A terceira [troca simbólica] é uma lógica de ambivalência. A quarta [do signo] é uma lógica da diferença” (Baudrillard, 1995, p. 55).

Os estudos avançam nessa quarta acepção, o que nos estimula a abordar os novos alcances da mercadoria dentro do mundo dito globalizado. Como assinala Valquíria Padilha (2006, p. 18), “Se a produção das mercadorias está cada vez

sufla na massa o movimento do progresso. No cinema a massa é programada para o comportamento consumidor no supermercado, e do supermercado a massa é solta para reprogramar-se no cinema” (Flusser, 2011, p. 87).

5 “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. [...] O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (Marx, 2008, p. 58).

6 “[...] a pequena burguesia, classe de transição que se define fundamentalmente por aquilo que não é mais e pelo que ainda não é, extrai inúmeras atitudes, tal como sua inclinação para o objetivismo, de uma posição de dupla orientação, em relação às classes superiores e em relação às classes populares” (Bourdieu, 2005, p. 9).

mais flexível e automatizada num mundo que parece irreversivelmente globalizado, deve-se notar que as referências culturais também estão em pleno processo de mundialização”, em que certas “marcas tornam-se verdadeiros símbolos de um ‘estilo de vida’”. Mais recentemente, o filósofo Byung-Chul Han (2019, p. 73) assinalou que “Solidez e consistência não são propícias para o consumo. Consumo e duração se excluem mutuamente. São as inconsistências e a fugacidade da moda que o aceleram”.

Há meio século, Edgar Morin defendia a ideia de que o período reservado ao lazer no século XX também estava previsto pela lógica do capital, já que obedecia aos pressupostos de uma “[...] economia que, englobando lentamente os trabalhadores em seu mercado, encontra-se obrigada a lhes fornecer não mais apenas um tempo de repouso e de recuperação, mas um tempo de consumo” (1977, p. 67). Os proprietários de Supermercados e Shoppings Centers não removeram os relógios à toa. Como a maioria dos quiosques e lojas não dispõe de tais dispositivos à mostra, o tempo ali costuma escoar rapidamente, o que suscita comentários eivados de lugar-comum, a preencher o ócio consumista: “Tudo o que bom acaba rápido...”; “Puxa, o tempo voa!”; “O dia rendeu, não é?”.

Outro aspecto digno de nota, a linguagem empregada pelos comerciantes no *Shopping* é um dos indícios de como podemos vulgarizar o léxico e tecer prolixos comentários sobre temas irrelevantes e objetos reluzentes nas vitrines. Por sua vez, o ambiente sintetiza a falsa sensação de que a produtividade se traduz em capacidade de consumo, no maior número possível de departamentos e compartimentos. Adquire-se um objeto, almoça-se, toma-se o primeiro café, assiste-se ao filme, sente-se vontade de degustar um doce especial, visitam-se outras lojas de roupas e quinquilharias, sente-se sono, toma-se o táxi.

A esfera privada de consumo resiste às intempéries sociais. Sob a redoma quase impenetrável de centros comerciais super vigiados, o *Super Cliente* integra, durante algumas horas, uma sociedade em que “O Estado recua, a religião e a família se privatizam, a sociedade de mercado se impõe”, de modo que os pilares do sujeito passam a ser “o mercado, a eficiência técnica, o indivíduo” (Lipotesky, 2004, p. 54). No *Shopping Center*, assim como no Supermercado, essa sensação de atemporalidade⁷ é reforçada pela disposição de múltiplos ambientes, cenários, bens, produtos e serviços num mesmo lugar.

As lojas comportam dimensões, formatos, cores, sons e odores diversos, de maneira que nossos sentidos as distingam e não nos entedie com a paisagem cifrada do cosmos mercantil. O impulso ao gasto é prioritário e deve retardar, se não evitar, nossas funções fisiológicas. Os banheiros são recuados para saídas de emergência, quase sempre menos visíveis que os bancos, as farmácias, os *petsshops* e os restaurantes:

[...] o shopping center, um lugar de circulação de mercadorias, está cada vez mais tornando-se o local: a) de busca da realização pessoal pela felicidade do consumo; b) de identificação – ou não – com os grupos sociais; c) de segregação mascarada pelo imperativo de segurança; d) de enfraquecimento da atuação dos seres sociais e de fortalecimento da atuação dos consumidores; e) de materialização dos sentimentos; f) de manipulação das consciências; g) de homogeneização dos gestos, dos pensamentos e dos desejos, e o mais grave, h) de ocupação quase integral do “tempo livre” das pessoas (Padilha, 2006, p. 24).

Os comerciantes perceberam, há décadas, que se deve estimular o passeio dos consumidores ansiosos, se possível performado com aparente tranquilidade, garbo e elegância.

⁷ “[O] relógio está para o tempo, assim como o espelho para o espaço” (Baudrillard, 1970, p. 33).

O consumidor indiscreto não colabora com a imagem adequada do *Shopping Center* ou do Supermercado. Desse modo, etiqueta e voracidade perfazem uma curiosa síntese, convertida em atos relativamente bem-comportados de consumo.⁸ Para estimular essa postura ambivalente, escadas rolantes são alocadas de modo calculado, com vistas a conduzir o cliente pela maior distância possível, sugerindo pausas para tomar café, experimentar novas sobremesas e “topar” com incríveis achados em quiosques e lojas de utilidades domésticas – estrategicamente semeadas nos desvãos do estabelecimento. A metragem-lucro se calcula pela quantidade de estabelecimentos enfileirados.⁹

Quando o estabelecimento conta com muitos andares, escadas automáticas se sucedem entre os pavimentos: elas brotam ou da área central ou em cantos opostos. No primeiro *layout*, elas favorecem uma visão mais ampla do lugar: eleva-

8 No *Ensaio sobre a cegueira*, José Saramago ilustrou bem como a relativa ordem do Supermercado é deitada abaixo, diante de situações-limite, em que a sobrevivência importa mais que a aparência e os bons modos do consumidor: “Já se tinha afastado muito de onde havia deixado o marido e os companheiros, cruzando e recruzando ruas, avenidas, praças, quando se encontrou diante de um supermercado. Lá dentro o aspecto não era diferente, prateleiras vazias, escaparates derrubados, pelo meio vagueavam os cegos, a maior parte deles de gatas, varrendo com as mãos o chão imundo, esperando encontrar ainda algo que se pudesse aproveitar, uma lata de conserva que tivesse resistido às pancadas com que tentaram abri-la, um pacote qualquer, do que fosse, uma batata, mesmo pisada, um naco de pão, mesmo feito pedra” (Saramago, 1995, p. 219).

9 Integrado ao cotidiano do homem pós-moderno, o mercado já rendeu manifestações artísticas que permitiram questionar a sua própria concepção de “utilidade”. Em 1983, o compositor e multi-instrumentista Jean-Michel Jarre prensou uma única cópia em vinil de *Musique pour Supermarché/Music for Supermarkets* (Fig. 1). O artista declarou ter destruído as matrizes que deram origem às faixas registradas no disco. No entanto, com o advento dos portais de áudio e vídeo, alguns internautas reproduziram a capa e as dez faixas do *long play*. Parte delas foi reaproveitada no álbum *Zoolook*, de 1984. As faixas reproduzem inúmeros ruídos característicos do ambiente, intercalados com melodias produzidas com o auxílio de sintetizadores e *samplers*.

do, amplo, a abrigar outros adeptos da religião consumista. Se organizadas conforme a segunda disposição, transformam o passeio pelos corredores em jornada compulsória em meio às desventuras do consumo inebriante.

Labirinto

Num ambiente que pretende representar o simulacro para a compleição de variados desejos e necessidades (sejam eles fisiológicas, afetivas ou materiais), há locais nem sempre fáceis de encontrar. O *toilette*, como ficou dito, é um deles. Isso também pode interferir na localização dos caixas eletrônicos, como se percebe em diversos tempos de consumo. Dificultar o acesso imediato aos banheiros representa considerável economia de materiais e serviços de limpeza ao estabelecimento. Quanto aos “caixinhas” eletrônicos, em muitos casos opta-se por estimular o impulso consumista, apostando que a distância entre o cliente e eles aumentará a voracidade do consumo, enquanto o consumista percorrer os vários pavimentos, driblar as colunas e contornar as reentrâncias do templo de compras e serviços.

O Supermercado também poderia ser interpretado como uma Torre de Babel “pós-moderna”, em que a multiplicação das marcas corresponderia à profusão de linguagens e modos eufóricos de gastar. Para Vilém Flusser (2011, p. 82):

O supermercado é labirinto composto de mensagens codificadas em imagens (conservas coloridas, garrafas, rótulos, cartazes), e em sons (irradiados por alto-falantes). O labirinto devora os receptores das mensagens. Dispõe ele de entradas amplamente abertas, para criar a ilusão de espaço público, de “ágora” em “pólis”. Como se o supermercado fosse lugar de trocas, de diálogos, de avaliações de valores.

A exemplo dos estabelecimentos que oferecem miríades de mercadorias, o Supermercado está inserido na lógica do sempre relativo “produtivismo”. Afinal, providenciar as compras do mês é uma tarefa compulsória que sugere ao consumidor ocupar da melhor forma o tempo que resta das horas trabalhadas na semana. Reverberando Edgar Morin (1977), Valquíria Padilha (2006, p. 27-28) lembra que: “o capitalismo de hoje impõe à classe média uma ditadura do lazer, ou seja, faz-se necessário ocupar o ‘tempo livre’ de qualquer maneira, uma vez que o ócio – no sentido de não fazer nada ou de simplesmente contemplar – é condenado num sistema que depende da produtividade acelerada”.

Ao lado do Supermercado, provavelmente as duas instituições mais frequentadas, no Brasil, sejam a Casa Lotérica e a Igreja (ou o Templo, conforme a religião). Assim como as despesas feitas periodicamente no Supermercado, as visitas à casa do Senhor são reguladas por dias temáticos da semana, em que religiosos de comportamento duvidoso oferecem diferentes “pacotes” para a obtenção de milagres coletivos. Em certa medida, isso também acontece com as agências oficiais de jogos de azar. Como sucede em determinadas religiões, as apostas em diferentes dias da semana lembram as sessões de reza coletiva e as inevitáveis promessas de cura ou prosperidade. Trata-se de oferecer uma agenda cheia para o fiel, o que dificulta a concorrência com outros estabelecimentos e aumenta a possibilidade de obter novas cotas de “doação”.

Nas Igrejas e Templos, salvo exceções, prevalece a ideia de pertencimento a uma comunidade constituída por homens e mulheres que praticam *o bem*. O fiel se sente orgulhoso por integrar um grupo de pessoas, em tese, com as mesmas afinidades que as suas. Isso também explica o fascínio exercido por obras faraônicas, construídas para demonstrar o poder do orador, a estabilidade da instituição e, conseqüentemente, agregar

mais e mais fiéis, devidamente impulsionados pela crença. As dimensões do lugar reafirmam, no plano arquitetônico, a solidez do grupo mantenedor; reforçam a consistência moral da instituição e a coesão religiosa de seus membros.

De modo análogo ao que sucede com os clientes de Supermercados e *Shoppings Centers*, que vivem a transportar os mais novos gêneros alimentícios e *gadgets* em sacolas, o fiel assíduo olha em torno, à saída do culto ou da missa, orgulhoso por exibir seus melhores trajes. Ele mira especialmente os transeuntes que perderam a oportunidade de testemunhar atos miraculosos e louvar supostas entidades representacionais da mitologia cristã.¹⁰

Já a concentração de apostadores nas casas lotéricas envolve outros aspectos. Afora os bancos e empresas de investimento, a Casa Lotérica é um dos raros estabelecimentos autorizados pela lei brasileira em que se pode aplicar somas variadas de dinheiro com vistas a multiplicar as chances do sujeito se tornar rico ou milionário, da noite para o dia. Quem vai às agências sente cumprir o dever, quase cívico, de manter a instituição em funcionamento, supondo-o que isso se deva às suas apostas semanais.

Sob esse aspecto, o cliente – melhor dizendo, o apostador – sente-me como uma espécie de membro eventual de uma sociedade anônima, em que ele e outros milhões de jogadores “investem” – sem contraparte ou garantia de retorno financeiro do capital que empataram. Na sanha pela fortuna ditada pela sorte (a alcunha “jogos de azar” não o previne sobre essa improvável conquista), a cada visita à Casa Lotérica renovam-se as esperanças de enriquecimento e libertação do trabalho.

Assim como o indivíduo deixa a casa de apostas com a

10 “Se, primitivamente, o dinheiro só tinha valor na medida em que representava os objetos, estes, agora, só possuem valor na medida em que o representam” (Marx, 2015, p. 201).

expectativa de se tornar milionário, embora sabedor de suas ínfimas chances, o fiel deixa o templo ou a igreja com o espírito em relativo acordo consigo mesmo, disposto a perdoar os outros e não mais pecar – embora reconheça o terrível fascínio sugerido pelas mais variadas tentações. Ora, algo similar acontece ao *Super Cliente*. Ao sair do Supermercado ou do *Shopping Center*, ele promete a si mesmo que resistirá bravamente às variadas formas de sedução dos estabelecimentos e da *Internet*, a reafirmar sua postura crítica em relação ao consumismo compulsório e desenfreado.

Porém, analogamente ao apostador e ao homem de rezas, presos ao costume de jogar, a entidade do *Shopping Center* o acompanha o *Super Cliente* a todos os lugares, sem se restringir ao estado de vigília. Por isso mesmo, uma parte da sua pulsão vital é transferida para a ansiedade promovida pela falsa necessidade de consumir. Faceta monstruosa do ser humano, o ser-cliente faz planos sem fim. No dia seguinte, retornará a determinada loja para “resgatar” o objeto a que conseguira resistir firmemente da primeira vez. Driblando a consciência e o orçamento doméstico, ele está convicto de que obter o produto trará felicidade e plenitude.

Enquanto o penitente irradia uma concepção moralista de mundo – colocando numerosos atos sob a severa lupa do pastor –, o apostador da lotérica se vangloria da jogatina (“fiz uma *fezinha*”), como se se tratasse de oportunidade certa de enriquecer e ascender financeiramente. A seu turno, o consumidor confunde a lógica mercantil com a vida pessoal, familiar ou profissional¹¹.

11 “Foi a partir do Século 18 que *consumidor* começou a aparecer com sentido neutro em descrições de economia e política burguesa. No novo predomínio de um mercado organizado, os atos de produzir e usar bens e serviços definiam-se agora por meio da disposição cada vez mais abstrata dos pares produtor/*consumidor* e produção/*consumo*” (Williams, 2007, p. 109).

Terapêutica

Quem assistiu ao filme *Clube da Luta* (1999), dirigido por David Fincher, deve se recordar da cena em que a personagem interpretada por Edward Norton descreve o próprio apartamento como catálogo de uma loja de departamentos. No romance homônimo, que inspirou a película, há uma passagem que vale a pena transcrever:

Você compra móveis. E pensa, este é o último sofá que vou precisar na vida. Você compra o sofá e fica satisfeito durante uns dois anos porque, aconteça o que acontecer, ao menos a parte de ter um sofá já foi resolvida. Depois precisa do aparelho de jantar certo. Depois, da cama perfeita. De cortinas. E do tapete. Então você fica preso em seu belo ninho e as coisas que costumavam ser suas agora mandam em você (Palahniuk, 2012, p. 50).

Até certo ponto, a trama acompanha as frustrações do protagonista. Sim, porque em princípio, ele reúne características que permitiriam identificá-lo como um *Super Cliente up-to-date*, alinhado com as inovações mais recentes para melhorar o humor e otimizar os cômodos do lar. Mas logo a conscientização do esvaziamento de sentido o levará ao colapso. A decoração do “ninho”, como mostrou Baudrillard (1970, p. 24) implica que “[...] tais inovações não contêm nada de uma improvisação livre: na maior parte das vezes, mais mobilidade, comutabilidade e oportunidade serão apenas o resultado de uma adaptação forçada à falta de espaço”.

Porém, o mundo é insosso, quando não violento e perigoso. Então, o *Super Cliente* regressa ao útero comercial. Aderindo decorosamente ao *Shopping Center*, a cápsula de felicidade momentânea acompanha-o feito espírito obsessivo, ao longo do trajeto entre o estabelecimento *superseguro* até o seu bólido, devidamente protegido pela Seguradora. Embo-

ra passageira, uma sensação estimulante o envolve durante o percurso de volta à casa-catálogo. O sujeito que consome e é consumido talvez esteja consciente de que a euforia pós-compra, o sabor de novidade é efêmero.

Por isso mesmo, acelera o conta-giros, ansioso que está por exagerar os relatos que fará aos familiares e amigos sobre o santo périplo de suas mais recentes aquisições. Seu discurso entusiástico será pautado pela ordem do consumo, em consonância com a expectativa dos demais membros da comunidade de que, a exemplo dele, também frequentam o ambiente aparentemente estável, feliz e pródigo dos Shoppings Centers e Supermercados.

Que lhe importa a consciência histórica e espacial de si e dos outros? Que lhe interessa que um garoto tenha sido espancado e vergastado, feito escravo, pelos agentes de segurança (segurança de quem?) no estabelecimento? Qual a sua relação com o assassinato de um cliente no estacionamento do Supermercado, não é mesmo?

A cupidez consumista pode até não se confundir com as outras formas de desejo. Mas ela nasce, igualmente, do estímulo constante à aquisição de bens, segundo a ordem das falsas necessidades¹². De certa forma, é uma maneira de postergar a consciência do vazio e o senso de finitude. Para escoar a produção com maior eficácia e eficiência, a ilógica do consumo é maquiada com o suposto bem-estar de quem muito *tem*, mas quase se esqueceu de *ser*. Erich Fromm (1977, p. 23) alertava que, “Com o progresso industrial [...], com a substituição da mente humana pelo computador, podíamos perceber que estávamos a caminho de produção ilimitada, e, por conseguinte, de consumo ilimitado”.

12 “Podemos distinguir tanto as necessidades verídicas como as falsas necessidades. ‘Falsas’ são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça” (Marcuse, 1973a, p. 26).

Evidentemente, a satisfação do consumidor é ilusória porque não advém da razão, mas de uma subespécie de desejo que ele supõe irrefreável. Afinal, a repleção de suas vontades imediatas se lhe afigura o mais importante, urgente e inadiável. O que determina a momentânea plenitude existencial do *Super Cliente* consiste em lograr o digno papel de cidadão-consumidor, merecedor de toda a admiração, inveja ou respeito alheio. Na impossibilidade de figurar a si mesmo como super-homem, ele recorre aos tênues limites da lógica mercantil como parâmetros para traduzir poder (aquisitivo), prestígio (social) e felicidade (compartilhável).

De maneira geral, o *Super Cliente* não está satisfeito por si, nem consigo mesmo; ele deve o prazer da posse e propriedade à contínua aquisição de mercadorias e objetos. Diante da falsa segurança, o cidadão-consumidor recorre àqueles e a outros signos para ostentar o seu momentâneo e frágil bem-estar¹³. No entanto, cumpre lembrar que ele desempenha vários papéis, sem se restringir à condição abstrata e temporária do consumidor que devaneia por entre corredores, hipnotizado pelas mercadorias das vitrines.

Isso porque o *Super Cliente* pode estar a duas carteiras de distância do Professor, a protestar puerilmente contra o rigor do método de ensino, ou a desprezar as leituras e atividades que foi orientado a fazer. Em geral, isso acontece quando o diploma se torna objeto de fetiche e a universidade é percebida como mero degrau para a atuação particularíssima e inovadora do Super Indivíduo no Mercado.

13 “A fabricação em série, a venda a crédito abrem as portas para os bens industriais, para a limpeza do lar com aparelhos eletrodomésticos, para os fins de semana motorizados. É então possível começar a participar da civilização do bem-estar, e essa participação embrionária no consumo significa que o lazer não é mais apenas o vazio do repouso e da recuperação física e nervosa; não é mais a participação coletiva na festa, não é tanto a participação nas atividades familiares produtivas ou acumulativas, é também, progressivamente, a possibilidade de ter uma vida consumidora” (Morin, 1977, p. 68-69).

Nessas e noutras circunstâncias, o certificado deixa de ser um signo de conhecimento e saber e passa a servir como um atestado de que seu portador tem “nível superior” e passou a contar com direitos e privilégios que o ajudarão a se apresentar como candidato sério e empenhado, digno em escalar mais rapidamente os degraus que o afastarão dos enfeitados e o conduzirão ao topo da pirâmide-catálogo.

A essa altura, deveria estar claro que o *Super Cliente* se distingue orgulhosamente de quem não tem o seu poder aquisitivo, irmanando-se àqueles que concebem as pessoas como mercadorias. Porventura, isso também aconteça porque, como notou Vilém Flusser (2011, p. 88), “Na sociedade de massa não há elite, apenas especialistas”. O hiperconsumo tem idioma próprio, forrado de clichês. Será conveniente abordar os desvãos dessa linguagem, examinando-se o que ela contém de específico e generalizante.

Léxico do Consumismo

Provavelmente, as duas palavras-chave do discurso consumista sejam *oportunismo* e *ansiedade*. De um lado, o vendedor assegura a importância e a qualidade do produto. A seu turno, o consumidor se justifica, perante si e os concidadãos de bem, recorrendo a signos que exprimem urgência: “os exemplares vão acabar!”, “são os últimos dias de oferta!”, “o produto está com super desconto!” e congêneres. Embora seja presa fácil das gôndolas, vitrines, anúncios em revistas ou jornais, além do auto-*marketing* de “conteudistas” espalhados nas redes sociais, o consumista se considera um ser poderoso, bom e pensante.

Certo de sua relevância para a micro e a macroeconomia (“estou ajudando o comércio local”), com frequência ele adquire produtos sem lembrar que metade do prazer em carregar sacolas consiste em ostentar os objetos à vista do maior auditório

possível. Em parte, isso explica a altivez de quem marcha ao ritmo nem lento, nem frenético, sobre o piso de granito, cercado de vitrines perfumadas, a portar insígnias de bom-gosto que comprovam seu poder aquisitivo.

Provavelmente foi na década de 1950 que a sociedade, ainda ignorante de sua “pós-modernidade”, passou da disforia planetária à euforia hiperindividualista. Celebrando o fim da Segunda Guerra Mundial, foi necessário que a paz armada estimulasse a ilusão de um mundo padronizado, harmônico e estável, propício à novíssima ordem do consumo. Não é segredo que uma parcela considerável do PIB dos países ocidentais advém do cultivo de supérfluos entre os cidadãos ordeiros – apologetas da socialdemocracia excludente.

Não é por acaso que hiperconsumo e meritocracia nasceram praticamente juntos, logo após a Segunda Guerra Mundial. A começar, porque tanto o Supercliente quando o cidadão de bem se supõem instalados no Olimpo da sociedade concorrencial. Aliás, a desigualdade social pouco importa aos que “chegaram lá”, única e exclusivamente pelo suposto “merecimento”. O discurso dos “conquistadores” soa quase sempre como celebração da *dignidade*, da *disciplina* e da *ordem* sobre a *vadiagem*, a *falta de empenho* e a *inconveniência*. A miséria alheia não se traduz em conscientização de que o mundo é injusto. Em lugar de solidariedade ou compaixão, o contraste entre os que *têm/conseguiram* e os que *não têm/perderam* reforça a autoestima e o juízo severo dos “conquistadores”.

Para o consumista, fórmulas como “fiz por merecer” e “vai trabalhar, vagabundo” não são contraditórias; mas, complementares. Conforme assinala Michael Sandel (2021, p. 22), “Em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem acreditar que seu sucesso tem justificativa moral. Em uma sociedade de meritocracia, isso significa que os

vencedores devem acreditar que conquistaram o sucesso através do próprio talento e empenho”.

“Vencedores” e hiperconsumistas têm horror a termos que remetam a qualquer forma de assistência – exceção feita à sua colaboração, quase nunca espontânea, mas quase sempre paternalista. No âmbito profissional, o consumista – refém das marcas e dos últimos lançamentos – readquire parte do seu poderio de super-homem ao disfarçar a exploração dos “seus” *colaboradores* com a falácia da generosidade patronal. Aliás, a desigualdade social pouco lhes importa. A miséria alheia não se traduz em solidariedade ou compaixão, mas em juízo severo do outro e autoestima.

O consumo deixa de ser privilégio de poucos e se torna direito geral. Para o consumista, fórmulas como “fiz por merecer” e “vai trabalhar, vagabundo” não são contraditórias; mas, complementares. Ele tem horror a termos que remetam a qualquer forma de assistência (exceção feita à sua colaboração espontânea e paternalista). No âmbito profissional, o consumista – refém das marcas e dos últimos lançamentos – readquire parte do seu poderio de super-homem ao disfarçar a exploração dos “seus” *colaboradores* com a falácia da generosidade patronal.

Como esse ser ignora que o conceito de “meritocracia” nasceu de um romance distópico de Michael Young publicado em 1958¹⁴, utiliza o termo a torto e a direito, cioso de que a lógica do mundo tende à expansão e é *naturalmente* exclusiva. Superado o *welfare state*, o supercliente introjeta a racionalidade mercantil: em vez de lamentar que não há (nem haverá) lugar para todos na ordem do consumo, repete a máxima de que as sociedades são assimétricas desde o antigo Egito. De modo geral, o consumista defende a irracionalidade humana – que repousa sobre a concentração de riqueza *versus* a assimetria

14 Edição original: *The Rise of the Meritocracy*. London: Pelican Books, 1958.

social –, sob o embalo da falácia de que “basta não desistir dos sonhos” para *todo e qualquer um* “chegar lá”.

Raramente, o consumista antevê as anomalias do macrosistema em que infravive. A ideologia empreendedora (“nem patrão, nem empregado”) tornou-o orgulhosamente *prático*, contrafeito ao “idealismo” daqueles que *não trabalham duro* feito ele, ou só orbitam no *mundo teórico* da academia. Nada é mais incompatível com o pensamento, o discurso e a pragmática consumista que a preocupação com as questões sociais, por mais pungentes que elas sejam. Ainda assim, sobra tempo e lugar para o cidadão-cliente se ocupar da vida “empolgante” das celebridades e subcelebridades; acompanhar programas superficiais que supervalorizam minúcias; assistir a enlatados em cinemas servidos com pipoca e *big* copos de refrigerante.

Para os adeptos e praticantes do hiperconsumismo, as compras perfazem a plenitude possível. Trabalhar até a exaustão passa a ser percebido como chancela nobre e critério nobilitante, capaz de explicar o gasto desenfreado a reboque do salário (ou do novo endividamento via cartão de crédito). Mesmo quando isso acontece, o consumo costuma ser descrito como recompensa moral, mas também funciona como uma espécie de muleta emocional.

O que os consumistas esquecem é que o famigerado “banho de loja” resulta de um movimento cíclico que se inicia pela ansiedade de ter, a compulsão do gasto, a posse do objeto e o questionamento, dali a poucos meses, da efetiva utilidade do item, outrora adquirido com tamanha fúria. A fala consumista naturaliza a criação de falsas necessidades pela indústria e o comércio, que depende de estratégias publicitárias cada vez mais agressivas e invasivas. O deslumbramento frente às engenhocas, perfeitamente dispensáveis até a véspera, traduz-se em sentenças tão totalizantes quanto inconsistentes, tais como: “eles pensam em tudo”.

O consumista ajuíza e condena o mundo em guerra, mas cega frente à beligerância dos meios de publicidade, prestes a arrancar bocados de suas parcas economias. É que o consumista constitui, em essência, um ser guloso e devorador. Se estivéssemos a reler os ensaios de Sigmund Freud, ousaríamos afirmar que parte desse ser permanece na fase oral. De certo modo, bastaria adaptar a imagem de uma boca que morde e suga o seio materno como metáfora da ânsia hiperconsumista. Um misto de avidez, pressa e cupidez caracterizam a postura irrequieta desse cidadão-cliente, tão orgulhoso de seus feitos mercantis.

Ora, qual a melhor desculpa para a sua obsessão pelo lucro, que a possibilidade de mostrar que seus empreendimentos resultaram na penca de objetos-para-as-visitas que ele exhibe sem constrangimento algum, entre a porta de entrada do apartamento financiado à eclética sala-de-estar?



Figura 1: Capa de Musique pour Supermarché, de Jean-Michel Jarre

A Fala do Cidadão “Moderado”

O moderado é, substancialmente, um oportunista. Quando o pleito eleitoral se avizinha, ele torna a disseminar os lugares-comuns mais perversos e óbvios. “Nem direita, nem esquerda: sou do meio-termo”; “o maior problema do país é a corrupção”; “os EUA dão exemplo de democracia a ser seguido pelo Brasil”; “meu partido é o Brasil”. Eis alguns dos *slogans* que combinam hipocrisia em relação aos abusos dos facínoras que elegeram, e intransigência, quando uma legenda partidária não defende apenas os interesses dos banqueiros, industriais, megaempresários, latifundiários *et caterva*.

Alguém dirá que essa figura sempre existiu. Talvez. Contudo, houve uma mudança preocupante nas últimas duas ou três décadas. O pretenso moderado costumava ser um espécime encontrado especialmente em setores das classes médias e altas. Mas, os prédios da FIESP a embalar a campanha contra os vinte centavos, em 2013; as bravatas do presidencialável tucano derrotado em 2014; o golpe parlamentar de 2016; o sequestro jurídico de Luiz Inácio em 2018; e a eleição do inominável e sua gangue naquele ano, sugerem que o discurso, em tese moderado, passou a ser reproduzido também pelas classes mais desfavorecidas.

A essa altura, deveria estar evidente para os cidadãos desta neocolônia que de 30 a 50% de nossos familiares, amigos e colegas integram a ala circense e maléfica dos cidadãos de bem,

que, por preconceito de classe, detonam os partidos democráticos; mas fecham os olhos, tapam os ouvidos e emudecem, frente ao desfile diário de mentiras pelo atual Mandatário e seus asseclas. Isso sem falar nas mortes de ambientalistas; da ameaça a políticos que ousaram divulgar o super esquema das milícias; dos castigos sofridos por aqueles que denunciaram deputados pedófilos; ou mostraram como amigos e familiares do Presidente, estão sabidamente envolvidos em gigantescas tramas de corrupção (rachadinha; franquias para lavagem de dinheiro; aquisição de imóveis milionários etc.).

Dois signos do “moderado”: a soberba (em meio à miséria social) e a desfaçatez (em meio às críticas que recebe). Incapaz de reconhecer os incentivos e oportunidades que recebeu da família, esse espécime classifica a pessoa em situação de rua como vagabunda e vencida pela vida. Juiz implacável, o seu incômodo não decorre por testemunhar o aumento da pobreza; mas por notar que as sendas do *seu* bairro plano, cheiroso e arborizado estão repletas de obstáculos em forma de gente. “Gente?”. Ora, ora. Isso talvez explique a elegante petição de uma Associação de Bairro para que um *Shopping Center* removesse os seres enrodilhados em cobertores das imediações. A trilha do consumidor não pode ser afetada pela decrepitude.

O moderado não “tapa o sol com a peneira”; ele odeia o que vê e, se pudesse, comandaria o extermínio dos “fracos”. Não se engane: parte considerável desses seres reforça o próprio sentimento de vitória, quando estabelece comparações com os que foram expelidos pelo sistema por falta de “tenacidade” e “persistência”. O moderado soa, no café ao ar livre, como aqueles *coachs* e artistas midiáticos a repetir a máxima “não desista dos seus sonhos”. O moderado age feito ilha. Por isso, elege a mesma legenda há mais de 30 anos, para des governar com máxima eficiência o Estado de São Paulo. Do Gestor que se dizia não-político ao maníaco religioso, nenhu-

ma gestão tucana fez mais do que privatizar, “despoluir” o Rio Pinheiros, retirar verbas da Saúde, Educação, Saneamento e Moradia Popular e, claro, massacrar movimentos legítimos em defesa de direitos adquiridos.

Mas, como sabemos, eles são os candidatos ideais, segundo o cidadão moderado, porque reproduzem, em escala estadual, o que seus eleitores moderados fazem dentro e fora de casa. De um lado, fingem reconhecer seus funcionários como “gente da família”; de outro, adoram gastar verbos de ordem, seja com familiares, seja com serviçais. O importante é não votar na extrema direita, menos ainda na esquerda. Evidentemente, caso não haja opção, é claro que o moderado escolherá o representante dos seus interesses e privilégios. A sua concepção de mundo repousa no sentimento de superioridade natural e no receio de ser confundido com os tipos inferiores.

O moderado exemplar é aquele que, insatisfeito com o signo da destruição e da mitomania, que nos assolou durante quatro anos, coça a cabeça e diz que a escolha presidencial seria novamente muito difícil em 2022. Pouco importa que o país estivesse sob a tutela dos Estados Unidos, com o beneplácito das forças armadas, pelo menos desde a década de 1940: ele não se incomoda com o pendão golpista. Desde que a sua rotina não se altere demasiadamente; desde que o país se veja livre do comunismo imaginário (ele nunca saberá a diferença entre os sistemas e regimes de governo, pois tem preguiça de ler); desde que as coisas continuem como estão, favorecendo a ilusão¹ de que ele é melhor do que a maioria, esse espécime

1 “*Ilusão* – Erro de percepção, algumas vezes explicado por leis físicas. Por exemplo, as leis óticas que explicam os fenômenos de refração. Outras vezes, a explicação está no próprio indivíduo, como no caso da ilusão Müller-Lyer, que é uma anomalia psicossensorial. Mas na ilusão há sempre um objeto, embora incorretamente percebido. Não se deve confundir, portanto, com *delusão* e *alucinação*, embora por vezes seja muito difícil decidir, na prática, se houve uma ilusão ou um dos dois outros fenômenos” (Cabral, 1979, p. 148).

continuará a dizer que todo governo tem defeitos e recolocará democratas e facínoras no mesmo nível.

Que um sujeito das chamadas elites proceda desse modo, seria quase previsível, num pseudopaís excludente, feito este. Porém, a soberania e a ruína social se avizinham quando o “colaborador” precarizado; o trabalhador sem vínculo empregatício, nem direitos; o dono da vendinha; o vigia que trabalha e faz bicos; todos os que mais sofrem com a assimetria social, a falta de atendimento médico e a perda generalizada de direitos, introjetam o discurso da moderação simulada.

A despeito das artimanhas a que recorrem os “homens de bem”, as redes sociais estão repletas de denúncias sobre trabalho em condições análogas à escravidão; sobre feminicídio; sobre estupro; sobre intolerância religiosa; sobre ataques a sedes de partidos políticos etc. Um dos pilares a sustentar o discurso e a ação excludente dos moderados está na sanha distintiva, com que tudo passa a ter explicação “racional”. De acordo com Marilena Chaui (2000, p. 89-90) na sociedade brasileira,

As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação [...] A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação [...] Porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político.

Os remediados imitarão os modos dos poderosos por acreditarem que reproduzir a opinião dos “superiores” poderá distanciá-los do discurso “de pobre”, assegurando alguma dignidade perante os grupos que frequentam? Ouse levar argumentos desse feitio, ao “dialogar” com um desses seres, e você será prontamente classificado como “muito radical”. Parodiano o que observou Antônio Vieira no *Sermão da Sexagésima*, faltam ao cidadão moderado espelho, olhos e luz adequada para melhor ver. De todo modo, isso não acontece por falta de pastoreio estelionatário, ladainha, lucro e reza, não é mesmo?

A Fala Mitomaniaca

No princípio, era a verborragia desregrada.

Mas, como alguns acharam isso pouco e divertido, o regime da falácia passou a ser sustentado por Pai, Filhos e Espíritos sem alma. Em muito menos tempo que os patriarcas da cristandade, consolidaram a nova religião e seus dogmas. Desta feita, não houve milagres, melhores exemplos, nem ensinamentos; somente aparições: vez por outra, programas de tevê, jornais e revistas cometeram a imprudência de focalizar o estúrdio sujeito sob os holofotes e letras redondas da chamada grande mídia.

Paródia chinfrim dos que pregaram melhor, muito antes deles, a seita do Pai-de-hoje também parecem ter começado com onze ou doze apóstolos, quase todos protegidos pela barganha e do jetom; mas logo a dúzia oportunista virou centena de milhar e contagiou milhões, pois cada um dos adeptos se especializou em pescar novas ovelhas para o rebanho, em nome da pátria (que é de todos, menos nossa), da modernidade (que implica em toda sorte de regresso) e da moral (que acusa todos, mas protege filhos, amigos e demais comparsas).

Agora que a capital do país foi transferida para Miami; que o povo de cá não mais se importa em ser governado por chefes do estrangeiro; que o discurso anticorrupção só se aplica aos adversários; que os poderes paralelos dizem o quê, como e quando fazer; que a ciência foi nivelada ao estatuto

do achismo; que a opinião rasteira virou argumento; que o professor, o cientista e o jornalista viraram *targets* dos negacionistas; que a coisa pública foi demonizada, certamente vamos em melhor companhia.

A mitocracia é a mitomania em máxima escala. O primeiro sintoma do distúrbio é ser indiferente a qualquer causa que não seja a própria. O segundo consiste em afirmar barbaridades aos berros. O terceiro está em disputar com adeptos e comparsas quem mente mais, em nome de Deus, Mercado, Brasil, Liberdade, Povo, Coragem, Mudança, Honestidade, Lisura e demais quimeras.

Mas ainda há uma virtude que se sobrepõe às outras. Como só tem olhos para o lucro, a arma, a discórdia, as *fake-news* e o pai-de-todos, o mitocrata não vê sentido em consultar livros, comparar jornais ou verificar a procedência do que inventa, nega e compartilha.

Não fosse assim, recomendaria aos súditos do patriarcal-de-ocasião que conferissem o que Sigmund Freud demonstrou em *O Futuro de uma Ilusão* (sobre as origens das religiões, alimentando a busca dos fiéis por um pai primordial) e o que Jacques Lacan confirmou em *Os Nomes-do-Pai* (sobre as múltiplas formas de representação da autoridade).

Porém, supondo que os mitocratas prefiram ficção à ciência, talvez fosse o caso de sugerir que folheassem *O Mulo*, de Darcy Ribeiro – obra muito extensa, bem reconhecido; mas, leitura conveniente. Narrado em primeira pessoa, o romance traz as glórias e desventuras de Philogônio, um latifundiário decadente que perdeu tudo menos a sanha de mandar, mentir e meter bala.

Já pensaram se este sujeito brotasse do papel, que rival sem páreo ele seria?

A Fala (In)crédula

*Eu acredito no milagre que não vem
Eu acredito nos homens de bem*
(Camisa de Vênus, “O Adventista”, 1983)

*Capital da esperança
Asas e eixos do Brasil
Longe do mar, da poluição,
Mais um fim que ninguém previu*
(Plebe Rude, “Brasília”, 1986)

Salvo engano, poderíamos fundar as relações humanas num sistema de crenças mais ou menos estável. Crê-se ou descrê-se em Deus. Acredita-se, ou não, em políticos. Atribui-se bondade maior, ou menor, às gentes. Alimentam-se credices no amor. Deposita-se confiança em familiares. Dá-se ou retira-se máximo crédito ao gerente de banco...

Recordados esses exemplos de (in)credulidade, soa ainda mais inconcebível que uns e outros estejam a se digladiar por coisas pequenas, cientes de uma penca de revoluções; duas guerras mundiais; e dezenas de invasões regulares, encampadas por nações-potência com vocação imperialista. Por esses e outros motivos, não deveríamos menosprezar o poder da linguagem em naturalizar as múltiplas formas de barbárie, em nome da “liberdade individual” e da libertina concorrência. Como observou Maria da Conceição Tavares (2017, p. 28-29), no início da década de 1980,

O fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico-financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários. Este poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. Em verdade, seus sócios ou rivais capitalistas são compelidos não apenas a submeter-se, mas a racionalizar a visão dominante como sendo a “única possível”.

Em escala maior ou menor, raramente os crédulos ou descrentes mudam de parecer perante as coisas em que (des)acreditam, porque a crença se respalda em convicções, ou seja, juízos prévios. Por isso mesmo, antes de embarcar em discussões inúteis e conflitos desgastantes, seria de bom alvitre conhecer melhor as premissas utilizadas pela pessoa à nossa frente e ao nosso lado. Afinal, determinadas concepções de mundo resultam da conjugação da adstrita hierarquia familiar; da ideologia do sucesso, propagada na escola; da visão adotada por pessoas que frequentam o clube, o grupo de teatro, a escola de música, a escola de idiomas etc.

O sistema de crenças funciona de modo análogo às religiões: estrutura-se sobre dogmas. Resulta daí a incompatibilidade entre o argumento e a credence, já que um se funda na ponderação; outro, na fórmula. O embate se dá entre o exame de coisas prováveis e a afirmação de coisas críveis. Como a crença supera a evidência, a credulidade pode ser considerada irmã do senso comum. Ela se manifesta por intermédio de fórmulas repletas de frases feitas, proferidas como se resultassem de reflexão demorada, constante e profunda. A fala do crédulo consiste em repetir o que se supõe saber. Nesse sentido, ela veicula opiniões como se fossem incontestáveis, já que o fa-

lante supõe que os saberes sejam mais críveis que o discurso científico, o diagnóstico médico e o testemunho alheio.

Há os que creem piamente em Deus e convictamente na Economia, ainda que estejam cercados de miséria produzida pelo neoliberalismo. Mas, também há aqueles que fingem crer, pois não estão cegos: são cínicos. Quanto aos descrentes, como nós, estão condenados a resistir, lembrando que a solidariedade deveria ser mais forte que o lucro; a coerência, maior que a hipocrisia. Como há uns que fazem a “fezinha” em apostas de casa lotérica, existem aqueles que acreditam (ou fingem acreditar) que um genocida, corrupto e entreguista seja a melhor opção para o pseudopaís excludente, desigual e violento onde infravivem.

A Fala Pragmática

*Confusion in her eyes that says it all
She's lost control
And she's clinging to the nearest passerby
She's lost control*
(Ian Curtis. "She's Lost Control", 1979)

O pragmatismo costuma estar associado ao utilitarismo. De fato, há ocasiões em que os conceitos coincidem parcialmente. Digo “parcialmente” porque nem toda ação pragmática resulta ou redunde de algo utilitário: consideremos que, nesses casos, a concepção pragmática traduz visão mais ampla e horizonte mais abrangente que a utilitária. Afinal, nem todo pragmático age de modo meramente utilitário; o utilitarismo pode estar embutido, ou não, no modo pragmático de conceber o planeta e as pessoas que, para sorte ou revés, trafegam nele; mas o contrário não acontece, necessariamente.

Feita essa distinção terminológica, o primeiro aspecto diz respeito ao contexto emocional e racional em que o pragmático se insere. Infenso às paixões – atalhos emocionais que poderiam prejudicar o seu discernimento, comprometer o juízo e, consequentemente, interferir no modo estável com que supõe conduzir a existência (própria e alheia) – esse sujeito tem necessidade imperiosa de se sentir no comando de si; no controle das pessoas e das coisas; de dominar os *inputs* e *outputs* situacionais. A impressibilidade não está em seus planos.

Por isso, uma palavra-chave do seu comportamento é *cálculo*; a outra, *refreio*. Sim, porque se há algo que a criatura pragmática valoriza é a estabilidade, tanto no plano emocional, quanto na dimensão afetiva e na esfera mental. Quando lido apenas sob a camada mais superficial, o pragmático pode até soar ambíguo (por sinal, a ambivalência pode até diverti-lo, já que tem o potencial de retirar do seu observador a capacidade de decodificação). Entretanto, examinado mais detidamente, pode-se vislumbrar nele o ônus que advém do bônus.

Autoblindado pelo modo como ressentido, repensa e se reporta, talvez a linguagem seja a mais efetiva via de acesso ao seu sistema de pensamento e ação. É que a palavra pode revelar determinadas fraturas que a criatura porventura mantivesse remendadas (e interditadas), sob várias camadas de tinta, acessórios, perfumes, indumentárias, fórmulas discursivas ou trejeitos. Ora, por isso mesmo, o sujeito pragmático teme lidar com pessoas com elevado potencial analítico. Nunca se sabe como certos diagnósticos atuarão, introduzindo elementos de desordem com potencial de abalar o edifício simbólico em que ele (finge) se sustenta(r).

A fala pragmática é absolutamente compatível com o macrosistema em que a coletividade infravive: de modo geral, seu usuário não perde tempo, nem investe maior energia em descrever ou problematizar a concentração de renda, a desigualdade social, ou o caráter exclusivista dos estabelecimentos que visita ou frequenta. Seu repertório costuma mobilizar verbos de ação propositivos com que anula os efeitos sentidos no presente e transfere o ufanismo sobre si mesmo, a empresa, o bairro, a cidade, o país e o mundo para o porvir (“é pra frente que se anda”; “dias melhores virão”; “as coisas têm dois lados”).

Desde que os ideólogos do neoliberalismo promulgaram um mundo sem padrões, nem empregados, pintado com as co-

res da livre-concorrência e afeito à austeridade fiscal, à transparência e à positividade compulsória, adeptos da competição ferrenha estenderam-se as mãos em parcerias escusas, com vistas a protegerem a si mesmos da “ameaça comunista”; “da inflação”; “do gasto excessivo com servidores públicos”. Em escala reduzida, o sujeito pragmático internaliza o receituário dos economistas e reverbera os pseudovalores outorgados pelos donos do poder.

Dependendo do grau de conexão que o sujeito pragmático mantém com a aparente tranquilidade do mundo ordeiro, superficial e excludente, a sua performance contabilística se espalha na dimensão pessoal. Quer dizer, o procedimento pessoal lembra o modo puramente racional como ele procede segundo a regra binária. Talvez ele aja dessa forma porque [...] *les figures surgissent dans la tête du sujet amoureux sans aucun ordre, car elles dépendent chaque fois d'un hasard (intérieur ou extérieur)*.¹

Roland Barthes e Michel Foucault² nos ensinaram a valorizar os interstícios traduzidos pela palavra. Um mostrou que ela se relaciona com a pulsão de vida; o outro demonstrou que a interdição do discurso é uma das formas com que o poder se manifesta. Num e noutro caso, a fala se relaciona com o desejo – latente ou explícito – e suas formas de contenção. A palavra, portanto, tanto traduz tanto o clarão, quanto o intervalo; tanto o “não” assertivo quanto o “sim” inviável.

Recorramos à literatura para dizê-lo melhor. A fala de Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*, tanto escorre quanto contém. As coisas, maiores ou menores que ele narra, derramam-se em centenas de páginas, num discurso vertiginoso,

1 Roland Barthes (1977, p. 10) – “as figuras surgem fora de qualquer ordem na mente do sujeito amoroso, pois elas dependem, toda vez, do acaso (interior ou exterior)”.

2 “*Le désir dit: 'Je ne voudrais pas avoir à entrer moi-même dans cet ordre hasardeux du discours.'*” (Foucault, 1971, p. 9) – “O desejo diz: ‘eu não gostaria de ter que adentrar, por conta própria, nessa arriscada ordem do discurso’.”.

feito de reelaborações do seu passado como jagunço e chefe de bando; marido de Otacília e amante platônico de Diadorim. Obviamente, podemos pensar em exemplos menos grandiosos. Por exemplo, o modo como este ensaio se desenrola.

Até que ponto a *persona* do articulista coincide com a pessoa empírica que preenche a tela do *notebook*? Eis um dado difícil de mensurar, já que há uma diferença fundante entre a instância pessoal e a autoral: o ser que sente e pensa não coincide necessariamente com o ente (desdobrado daquele), que escolhe, filtra, e organiza os termos do discurso, tendo em vista a si mesmo (terapia) e o outro (convite). O teor do que vai escrito pode até ser parecido com o da fala escapadiça, mas o modo de enunciação é outro, pois dá forma mais estável e “racional” à fala imediata e instantânea.

Carlos Drummond recomendava: “Penetra surdamente no reino das palavras”, verso que tanto diz. O sentido maior está contido no advérbio. “Surdamente” recomenda darmos máxima atenção a elas, mas também sugere máxima descrição ao ingressarmos em seu território. Prestemos a devida atenção a elas. Sabemos de gente ousada e imprevisível que se apaixonou pelas mensagens intercambiadas com alguém, a milhares de quilômetros. Volta e meia topamos com pessoas que se arranjaram com outras, segundo a tônica das conveniências.

Também há aqueles que se derreteram ao dançar no escuro; quando escutaram incerta voz em momento imprevisto; quando trocaram dois ou três abraços, nada mais; quando avistaram alguém a acenar de longe. Certamente, Eros não comporta fórmulas orçamentárias; nem cabe em vasilhames ou potes; tampouco se resume a um departamento da existência, a que pretendemos atribuir o rótulo de “vida pessoal”. Eros escorre feito palavra desmedida. Demanda um misto de coragem e espontaneidade. Contrapõe-se orgulhosa e altivamente

contra a lei, a (i)lógica dos números e à concepção redutora que imobiliza as vontades do sujeito pragmático.

Somente a desmesurada pretensão humana poderia supor que não haveria ônus em silenciar Eros e dar estrita confiança à ordem restritiva do deus *Pragma* e da semideusa *Contenção*.

A Fala (do) Protagonista

Em termos históricos, a transformação do súdito em hiperindivíduo¹ é recente: a metamorfose do súdito do rei em sujeito do capital começa na segunda metade do século XVIII² e se consolida como valor subordinado ao *valor* dinheiro³, durante o Oitocentos. Um século e meio depois, mais ou menos na década de 1990, passou-se a supor que o sujeito inflacionara o próprio Ego, contagiando também a sua concepção de mundo, de tal modo que passara a submeter as outras pessoas e coisas a seus caprichos egocêntricos, excludentes e exclusivos⁴.

Se se permitir a analogia sanitária, o hiper-sujeito se constitui num misto de inflamações do *ethos*, para as quais não há medicamentos na *drugstore*. Sua personalidade invasiva, aliada à compulsão crescente de autoexposição, funcio-

1 Neste ensaio, utilizam-se as formas “hiper-indivíduo”, “hiper-sujeito” e “mega-indivíduos” como sinônimas, embora ambos os termos se situem em períodos distintos da História. Pede-se que releve o uso alternado das palavras, tendo em vista que a intenção era tornar a leitura menos cansativa.

2 “Também o profissional burguês, como o comerciante, por exemplo, tem sua tática e sua maneira específica de lidar com as pessoas. Contudo, é raro que ela chegue a integrar o outro em sua totalidade, como no caso do cortesão, pois este geralmente mantém um relacionamento que dura a vida toda com cada um dos outros indivíduos de sua sociedade” (Elias, 2001, p. 125).

3 “Quando a mercadoria toma a palavra o que ela diz? Dinheiro e banalidade, vulgaridade e dinheiro” (Hansen, 2019, p. 10).

4 “[...] a corrida da competição faz priorizar o urgente à custa do importante, a ação imediata à custa da reflexão, o acessório à custa do essencial” (Lipovetsky, 2007, p. 77).

na quase ao mesmo ritmo das campanhas publicitárias mais agressivas. O hiper-indivíduo converteu-se em uma espécie de agência ambulante de autopropaganda e *marketing* pessoal, embebido de livre-concorrência. Empreendedor caseiro, ele se orgulha por acumular as funções de pesquisador, roteirista, diretor e apresentador de entretenimento, a mendigar patrocínio de empresas cujos *serviços* nem sempre têm relação com os materiais que ele veicula.

Não parece restar dúvida de que o advento da *Internet*, há cerca de trinta anos, favoreceu a pandemia dos mega-sujeitos. Inicialmente, eles transformaram diários e experiências pessoais em *blogs*; depois, remontaram pedaços de sua mirrada biografia em *vlogs* e *fotologs*; em seguida, passaram a postar (e cobrar) testemunhos, curtidas, compartilhamentos e afiliação de novos membros nas redes sociais, para, no estágio mais elevado da estupidificação, apresentarem-se como “administradores de canais”, ciosos da função ultramoderna de “preparar conteúdo”.

A julgar pelas filas quilométricas em livrarias e eventos literários, a exposição e o *self-marketing* têm sido eficazes: o *best-seller* passou de livro com êxito comercial (muitas vezes, com efetiva qualidade literária) a objeto de puro fetiche, cuja maior utilidade é assegurar *selfies* com ídolos de ocasião e registrar o autógrafo de *opinadores* metidos a graves, ou francamente superficiais, chancelados segundo a depauperada opinião de um exército de não-leitores. O conteúdo do livro que leva o nome da celebridade digital pouco importa⁵; o que interessa é a certificação (por imagem e por escrito) de que o *follower* esteve em companhia do ídolo-de-ocasião durante alguns segundos.

Mas, convenhamos. Havia muito tempo que o protagonista coexistia com a sua legião de admiradores e fãs (prova-

5 “As mídias eletrônicas de massa destroem o discurso racional marcado pela cultura livresca. Produzem uma *mediocracia*” (Han, 2022, p. 27).

velmente, desde meados do século XIX). Que o diga a proliferação de salões literários, sessões de vernissage, concertos de câmara, exposições com curadores, lançamento de livros etc.⁶, durante o Oitocentos. Nesse sentido, parece inegável que o comportamento dos *entertainers* da *Internet* apenas potencializou, via *world wide web*, o que numerosas pessoas já faziam fora dos canais de vídeo, das redes sociais e dos grupos de mensagem eletrônica.

Portanto, a questão que mais nos deveria interessar é a crescente necessidade de protagonismo dos sujeitos e mega-indivíduos⁷; e menos o meio (presencial ou remoto) em que mecanismos dessa natureza acontecem. Evidentemente, haveria muito o que considerar: a idealização do projeto, a produção do cenário, a encenação do palestrante, a maneira como ele caminha, o modo como se veste, a manutenção do sorriso geral e irrestrito, a mesmice anti-criativa dos autógrafos que concede, as *selfies* que coleciona etc.⁸

Concentremo-nos, porém, no léxico e na fala (do) protagonista. Caricatura de si mesmo, o representante dessa curiosa espécie armazena um punhado de frases de efeito – algumas delas centradas em torno de *palavras guarda-chuva*, tais como: “este projeto não seria possível sem a *colaboração/assistência* de *minha* equipe”; “*meu* objetivo era *devolver* à *sociedade*

6 “A sociedade está sendo dirigida para impor uma educação cada vez mais técnica, o que equivale a dizer: cada vez menos literária. Enquanto isso, aumenta o número de escritores sem público” (Lucas, 2001, p. 22).

7 “[...] tecnociência, consumo personalizado, arte e filosofia em torno de um homem emergente ou decadente são os campos onde o fantasma pós-moderno pode ser surpreendido” (Santos, 2006, p. 11).

8 “[...] é impossível entender os mecanismos de poder atuais sem atentar para o fenômeno do neoliberalismo, essa racionalidade governamental, essa normatividade e esse imaginário que se originam da premissa de que o mercado é o modelo para todas as relações sociais, o que demonstra uma sociabilidade marcada pela concorrência e a crença de que tudo (e todos) pode(m) ser negociado(s)” (Casara, 2021, p. 44).

o que ela *investiu em mim*"; “este material é uma *ferramenta* que *auxiliará* no trabalho de futuros pesquisadores, já que há muito por se fazer”.

Obviamente, as fórmulas discursivas variam. Mas, em linhas gerais, o protagonista enaltece o seu projeto; fala sobre si mesmo e reafirma a relevância do trabalho artístico/técnico resultante. Sua postura, seus gestos e comportamento estão atrelados a clichês com que ocupa o tempo de duração do evento. Por extensão, a sua fala resulta autorreferente, longa e unilateral.

E como confunde extensão de tempo com primazia, frequentemente ele interrompe, complementa ou se apossa do discurso alheio – feito um soberano que monologasse em gabo de si e em detrimento dos outros⁹, por ter mais e melhor a dizer. Quando isso acontece, mediadores e convidados desempenham o papel de mero vassalos, mantidos à sombra da genialidade do protagonista, materializada em (não importa qual) produto: forma mercadoria do *seu* empenho pessoal, talento particular e relevância quase universal¹⁰.

9 “Com a crise do conceito de comunidade, emerge um individualismo desenfreado, onde ninguém mais é companheiro de viagem de ninguém, e sim seu antagonista, alguém contra quem é melhor se proteger” (Eco, 2017, p. 10).

10 “A universalidade da forma mercantil condiciona, portanto, tanto sob o aspecto objeto quanto sob o subjetivo, uma abstração do trabalho humano que se objetiva nas mercadorias” (Lukács, 2012, p. 200).

A Fala Jactanciosa

*Today has no means
He's alone and anonymous
But written in his cells
He's got the marks of a genius¹*
(Front 242, “Headhunter”, 1988)

[...] *meus artigos, que são excelentes*
(Fala de um professor durante sua apresentação aos
colegas, 2022)

*Sei que não faço nada de espetacular; mas, trabalho bem-
feito dá resultado.
Por isso, me efetivaram*
(Fala de uma usuária do metrô ao telefone, 2023)

Jactar-se² é um verbo de uso raro, atualmente. Talvez por isso mesmo seja conveniente utilizá-lo para descrever a fala a que nos aventuramos abordar. Afinal, seria difícil encontrar termo mais preciso e econômico, já que essa modalidade discursiva revela a presunção de si; traduz vaidade extrema por parte do enunciador. Se aceitarmos que haja gradações quanto ao modo de nos referirmos de modo elogioso a nós mesmos, a jactância parece ser a substância da máxima auto-

1 “Hoje não tem jeito / Ele está sozinho e no anonimato / Mas, em suas células inscreve-se / A marca do gênio” (Front 242, 1988).

2 “**Jactans, -antis:** part. pres. – que abala, que dá solavancos; escabroso; que se gaba, jactancioso” (*Dicionário Latim – Português*, 2016, p. 224).

-projeção, sob as luzes (imaginárias ou não) e a escuta (involuntária ou não) da ribalta.

Muitos dentre nós convive diariamente com sujeitos que portam a síndrome da desmesurada autoestima. De modo geral, são indivíduos autorreferentes e autocentrados, com laivos autoritários, que recorrem a critérios dispostos em escalas específicas (e personalizadas), com vistas a favorecer a sua presumida superioridade intelectual e/ou comportamental perante os “pares”. É que, proferida de um Olimpo pessoal, a fala jactanciosa consiste na sacralização do Eu³. Num instante, a criatura passa de ordinária a extraordinária, recorrendo a dados, em tese, capazes de justificar a sua postura arrivista e arrogante. Estamos a lidar com um espécime peculiar que costuma ignorar (ou desprezar, pura e simplesmente) as pessoas e condições do lugar por onde transita ou o meio onde se insere.

Embora cercado por colegas de capacidade porventura maior, ou pelo menos equivalente à dele, o sujeito orgulhoso de si é mais um oportunista. Todo e qualquer momento se torna brecha para a autopromoção. Todo instante, toda reunião, todo diálogo informal oferecem-lhe oportunidades para falar sobre si e, claro, sobre os *seus* feitos tão relevantes. Decorre daí a primeira questão: que racionalidade torta justifica se vangloriar em meio à miséria social e ao sucateamento do órgão, empresa ou instituição em que o sujeito trabalha?

Segunda questão. O empenho em se gabar resultaria da compulsão (irresistível) ou do cálculo (programado)? No primeiro caso, suporíamos que a fala jactanciosa nasce do aparente “descontrole” desse tipo sobre a fala de si mesmo. Tenderíamos a acreditar que a criatura age desse modo por ser

3 “O culto do sucesso do século dezenove supreendentemente deu pouca ênfase à competição. Ele media o progresso não pelo pelo progresso dos outros, mas por um ideal abstrato de disciplina e abnegação. Na mudança do século, contudo, as prédicas sobre o sucesso começaram a acentuar a vontade de vencer” (Lasch, 1983, p. 85).

“naturalmente” verborrágica, algo “ingênua” e “espontânea”. Aceitando a segunda premissa, concluiríamos que se trata de uma modalidade discursiva a que o sujeito recorre com o propósito de afetar preeminência, autoridade e (maior) importância, supondo atrair a atenção dos demais⁴.

Dessa perspectiva, conviria examinar o mecanismo em que a fala jactanciosa se estrutura. O primeiro aspecto diz respeito ao contraste que o usuário pretende ressaltar, comparativamente aos ouvintes. O segundo fator é que, incapaz de escuta⁵, ou seja, de manter o diálogo⁶, ele empenha o discurso com um misto de narrativa heroica e estilo grandiloquente, surdo e cego à recepção⁷ dos outros. Porém, como ignora os preceitos da épica e despreza os manuais da boa retórica, em vez de afetar modéstia, projeta sobre os ouvintes os “seus” feitos notáveis.

Como desconhece (ou despreza) outras formas de conceber o mundo e ressentir dificuldades, ignora a maneira decorosa de se comportar frente aos colegas. O sujeito é o antípoda de Ulisses, Eneas e Vasco da Gama: não é herói que age e discursa em nome do coletivo; mas um mega-indivíduo, com ego inflado e moral duvidosa, cuja régua só se aplica aos demais (imagine-se como ele soará entre os alunos... como se dirigirá aos colegas que atuam em cargos diferentes, tingidos de rígida hierarquia).

4 “Pois parece bem claro que o narcisismo de uma pessoa tem grande fascínio para aquelas que desistiram da dimensão plena de seu próprio narcisismo e estão em busca de amor objetal” (Freud, 2017, p. 34).

5 Evidentemente, não se está a demandar do leigo uma *escuta psicanalítica*; mas atentar para o fato de que a percepção do outro é fundamental para a interação, o efetivo diálogo e a produção de alguma síntese.

6 “Originalmente a dialética era a arte da conversação entre os antigos filósofos, mas logo adquiriu o significado de método para produzir novas sínteses. A pessoa é um sistema psíquico, que, atuando sobre outra pessoa, entra em interação com outro sistema psíquico” (Jung, 2021, p. 13).

7 “[...] a arte de escutar equivale quase à de bem dizer” (Lacan, 2008, p. 123).

No português brasileiro, há expressões que descrevem bem atitudes desse porte: “Chegou chegando”; “Nem chegou e já quer sentar na janelinha”; “Comer arroz e arrotar peru” etc. A sabedoria popular ironiza a postura do tipo presunçoso, recorrendo à repetição intencional de sons e à dicção informal. O combate é necessário: a linguagem e o ritmo dos rifões colocam em xeque o jargão tecnicista embutido na fala auto-presumida.

Terceira questão: o ser jactancioso terá consciência de como age e fala? É provável que sim. O que lhe falta não é vaidade, mas percepção de quão ridículo a sua altivez de araque soa para os outros. Se ele teve todas as oportunidades socioeconômicas e culturais, gaba-se porque assim realça a maneira como sempre se distinguiu socialmente. Se “veio de baixo”, tem constante necessidade de realçar a vitória que obteve contra tudo, apesar de todos.

O que parece faltar a ambos os perfis (seja o do “naturalmente superior”, seja o do “vencedor da corrida com obstáculos”) são quinhentos gramas de escuta e meio quilo de descrição. Diante de performances presunçosas e cheias de si, não custaria evocar os sábios versos de Álvaro de Campos⁸:

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

8 “Tabacaria” (Pessoa, 1992, p. 362).

A Fala Monológica

O século XXI retém pouquíssimas características do Setecentos. Nada mais lógico e evidente: estamos a quatrocentos anos de distância das sociedades de corte incrustadas no mundo absolutista, em que os reis governavam as coisas e povos cercados por um exército de fidalgos subservientes¹ – uns e outros ungidos por Deus –, a atuar(em) com mão de ferro em relação aos plebeus e servos, sob a sua “proteção”, manto, capa e mando.²

Como se sabe, naqueles tempos a palavra inicial costumava coincidir com a final: o que o capricho Real decidisse e o conselho do reino chancelasse, tornar-se ia decreto, lei, ordenamento – este, suportado pelos homens extirpados do meio e mantidos à distância segura da Corte. Para além da raciona-

1 “Essa engrenagem apresentava certa semelhança com a bolsa de valores. Nela também se formam opiniões variáveis acerca de determinados valores. Mas na bolsa estão em jogo valores de empresas segundo a opinião de investidores financeiros, ao passo que na corte trata-se de opiniões sobre o valor dos indivíduos que dela fazem parte; na bolsa, cada oscilação dos números, por menor que seja, pode ser registrada; na corte, o valor de um indivíduo se expressa primordialmente nas nuances do convívio social e mundano” (Elias, 2001, p. 108).

2 Suposta evolução do súdito reinol, o mega-sujeito contemporâneo supõe-se livre, por não ter rei, chefe ou patrão; e seguro, graças às câmeras de vigilância que aumentam aritmeticamente, enquanto a miséria progride geometricamente. Aliás, ele sacia o desejo de distinção social recorrendo a variados estratagemas com que adquire coisas e contrata pessoas, contagiado pela lógica pragmática e rasteira da sociedade de consumo.

lidade do soberano³, do sistema autocrático de governo e dos protocolos de cortesia⁴, outro costume superado foi o de se refletir sobre a fala própria e alheia, com vistas a produzir tratados que ensinassem procedimentos relativos à conversação.

Vilém Flusser (2017, p. 86) alertava para o fato de que “O caráter artificial da comunicação humana (o fato de que o homem se comunica com outros homens por meio de artifícios) nem sempre é totalmente consciente. Após aprendermos um código, tendemos a esquecer a sua artificialidade”. Nesse sentido, seria importante recuperarmos as premissas que articulavam discurso, modos de dizer e encenação da fala⁵, levando em conta o teor dos tratados que discorriam sobre os temas, as técnicas e as performances do ato enunciativo, fosse na esfera íntima, fosse nas ocasiões em que o diálogo participava dos eventos em sociedade.

Os manuais de conversação que circularam entre os séculos XVII e XVIII ensinavam que determinados temas deveriam ser abordados em situações mais ou menos pré-definidas, segundo convenções de cada ato e cenário enunciativo⁶.

3 Até o início do século XVIII, “os limites que se tenta impor à razão de Estado são limites que vêm de Deus ou que foram impostos de uma vez por todas na origem, ou que foram formulados numa história longínqua” (Foucault, 2022, p. 34).

4 “As boas maneiras são eficientes na relação com os outros, na criação de um mundo agradável e de uma dominação política” (Ribeiro, 1990, p. 18).

5 “Não é só no Ocidente que as variedades de fala simbolizam status. Em Java, por exemplo, a elite tem seu próprio dialeto (ou melhor, ‘socioleto’), o alto javanês, que difere não só em vocabulário, mas também na gramática e na sintaxe. Entre os uolof da África Ocidental, o sotaque, ou mais precisamente o tom da voz, é um indicador social. Os nobres falam em tons de voz mais baixos, como se não precisassem fazer qualquer esforço para obter a atenção de seus ouvintes, ao passo que os cidadãos comuns falam em tons de voz altos” (Burke, 1995, p. 24).

6 “*A Arte da Conversação* é o título de uma série de manuais que apareceram entre os séculos XVII e XIX na Inglaterra, França e em outros lugares. Na verdade, eles são apenas a ponta de um importante *iceberg* – de um grupo de

A título de ilustração, nas sociedades de corte seria impensável que assuntos relativos à intimidade fossem compartilhados com dezenas de pessoas num ônibus ou vagão de metrô, como muitos de nós fazemos hoje, supondo-nos menos moralistas e mais liberais.

Decerto, havia critérios que levavam em conta o auditório⁷ (homogêneo ou heterogêneo; restrito ou irrestrito; formal ou informal) ao qual o orador se dirigia. Critérios aqueles que definiam as variadas espécies de interação oral e prescreviam modos e tons de fala conforme as circunstâncias, fossem elas solenes ou relativamente espontâneas – a audiência com o rei; uma entrevista com o capelão ou com o músico da corte; a confissão ao padre; um pedido ao camareiro; o diálogo previsível entre amantes etc.

Evidentemente, o tempo de que falamos é bem outro. Por isso, caberia refletirmos no que se passaria hoje. Ora, se se escrevesse um manual que ensinasse a arte do diálogo em 2022 d.C., a primeira providência do tratadista seria delimitar o que entendemos por *fala* e *conversa*. Sim, porque uma ação não contém nem se confunde, necessariamente, com a outra. Por sinal, repare-se com que frequência o sujeito que “adora conversar” revela extrema dificuldade em *escutar* o que o outro tem (ou teria) a dizer.

Descontados os casos documentados clinicamente, a verborragia oral e, mesmo a prolixidade por escrito, parecem ser

textos que, quaisquer que sejam seus títulos, ensinam seus leitores a falar, de maneira geral ou em tipos específicos de ocasião. Textos como esses ainda são produzidos, mas a ênfase mudou, em nosso século, do social para o psicológico – da arte de mostrar-se como alguém bem-nascido para aquela de adquirir confiança, ‘quebrar o gelo’ e fazer amigos” (Burke, 1995, p. 120).

7 “Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa a obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar” (Perelman; Obrechts-Tyteca, 1996, p. 21).

sintomas habituais nas sociedades contemporâneas. Ao final de três ou quatro horas de conversação, a *fala-de-um* foi praticamente centralizada nos feitos do sujeito e nas conclusões parciais que este *ser-único-e-exclusivo* retirou da experiência *particular*, outorgando-a à audiência improvisada. Não se deveria confundir quantidade de palavras com eloquência, nem enxergar a *fala-sobre-si* com autoridade.

Talvez seja temerário condicionar uma coisa à outra, mas há tempos se discute o papel dos meios digitais sobre a comunicação entre os seres ditos humanos⁸. À fragmentação do texto (dentro e fora das redes sociais) – detectada desde que o livro perdeu protagonismo como veículo de saberes e bem cultural – se associa a redução da qualidade nos atos de fala. Basta escutar atentamente a conversas entre conhecidos nos bares, e em especial os arquivos de áudio veiculados nos aplicativos de mensagem, para constatar a dificuldade que os falantes têm em recontar eventos de modo linear ou em enumerar argumentos sem recair em *loopings* pseudodiscursivos.

Por isso mesmo, um dos traços da fala monológica reside na circularidade; o outro, na dificuldade em enunciar frases despidas de intercalações⁹ (que nada dizem e só prejudicam a linearidade). Como dizia, *quantidade* é uma das palavras-chave dessa modalidade discursiva. A fala quase ininterrupta, combinada ao desinteresse pelo discurso do outro; a incapacidade de escuta, casada ao assalto aos turnos da conversação, podem transformar o diálogo em verdadeiro monólogo. A fala monológica consiste na concepção autoritária e

8 “Sem a presença do outro, minha opinião não é discursiva, muito menos representativa, mas autista, doutrinária e dogmática” (Han, 2022, p. 51).

9 Refiro-me a sintagmas ou orações interpostas na frase principal. É o que acontece em “Estou preocupada com a minha tia – *você sabe, ela é viúva e mora longe; além disso, não tem a quem recorrer* – porque está com sintomas de depressão”. Sintomas do discurso hesitante, as intercalações recortam a enunciação e podem transmitir insegurança.

egocêntrica do discurso.

Observado mais de perto, podemos descrever esse fenômeno como tentativa do sujeito, com fala ensimesmada e incessante, em afetar alguma supremacia. O principal sintoma reside na oratória quase exclusiva de um, mediante as brevíssimas intervenções do outro. A conversação não acontece, pois não há espaço e tempo para o *diálogo*. Haveria explicação para esse comportamento surdo e cego aos demais?

A lógica concorrencial, pilar da racionalidade neoliberal¹⁰, terá contaminado os atos de elocução e performance do mega-indivíduo? Se aceitarmos essa hipótese, o diálogo efetivo teria cedido lugar para a *disputa* verbal entre falantes¹¹. Quando incapazes de *escutar*, avessos à *interação*, eles não dialogam; tendem a produzir monólogos simultâneos, quer dizer, em disputa. A fala monológica resultaria de um misto de narcisismo, incapacidade de decifrar o discurso alheio e cegueira aos gestos e sinais emitidos pelo outro.

Se a conversação (a fala *de* e *entre* dois) parece ser algo essencial à definição do ser humano como *comunicador*, não é apenas a concepção de indivíduo que está em jogo, mas a própria noção de coletividade. Obviamente, não se está a sugerir a fabricação de um dispositivo que mensure a quantidade de palavras (repetidas ou não) vocalizadas por minuto¹².

10 “Na realidade, essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do ‘puro’ capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo” (Dardot; Laval, 2016, p. 190).

11 “O capitalismo da informação se apropria das técnicas de poder neoliberais” (Han, 2022, p. 17).

12 Na distopia *Vox*, de Christina Dalcher (2018), a narrativa se arquiteta em torno do controle da quantidade de palavras ditas pela mulher, com o propósito de interditar a sua fala.

Admitir a existência de um aparato com esse fim seria retirar o pouco que resta da suposta espontaneidade conversacional, transferindo-se o rodízio dos turnos de fala para um aparelho de controle verbal.

O que se está a propor é que sejamos mais atentos à fala (própria e alheia), com o fim de assegurar um tempo mais proporcional para nós e para o outro. É preciso restabelecer a arte da conversa e reivindicá-la como ato de efetiva interação.

A Fala Negacionista

[...] *a percepção não é um processo puramente passivo*
(Sigmund Freud. “A Negação”)¹

No dia seguinte ninguém morreu
(José Saramago. *As Intermiências da Morte*)²

Vira e mexe, “nossos” desgovernantes manifestam terrível sanha pseudopatriótica e anti-modernizante, embora afirmem o contrário. Para citar apenas um caso, lembro a terrível (e mortal) Gripe Espanhola, que se espalhou pelo mundo em 1918, logo após a Primeira Guerra Mundial. Estima-se que o vírus tenha levado 20 milhões de pessoas ao óbito.

Em primeiro de abril de 2020, o jornalista e historiador Eduardo Bueno³ chamou atenção para o acontecimento, em seu canal do *Youtube*. Sob o tom divertido com que resgata documentos e discute fatos, ele propôs paralelos impressionantes com a situação enfrentada no Brasil de hoje – submetido a um desgoverno cujo discurso, além de irresponsável, revela descaso com toda e qualquer questão que fuja à dimensão pessoal, familiar ou comercial dos tipos que compõem esse controverso *staff*.

1 Freud (2011, p. 275-282).

2 Saramago (2005, p. 11).

3 “Gripe espanhola - a gripezinha que matou 20 milhões”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UIta1pNmzs> – Acesso em 6 de maio de 2024.

Aqui, como lá, a doença mortal foi mal dimensionada e subnotificada. Assim como aconteceu em outubro de 1918, supostas autoridades do governo negaram o grau de letalidade e impacto da(s) doença(s). O que mais assusta é o modo como a linguagem, seja ela mais cuidada, seja evidentemente tosca, é/foi empregada por figuras que ocupam(vam) cargos públicos que pressupõem cuidado com o povo e responsabilidade para com o país.

A “gripezinha” provocada pelo *Covid-19*, assim denominada pelo então Presidente da República há algumas semanas, reverbera a suposta “benignidade da doença”⁴ *Influenza*, anunciada em 10 de outubro de 1918, pelo então Diretor Geral de Saúde Pública, Carlos Pinto Seidl. Pior. Desde 28 de abril de 2020, o famigerado “E daí?”, preferido por Jair Messias Bolsonaro em coletiva à imprensa, no “cercadinho” do Planalto, face aos mais de cinco mil mortos pela doença no país, reverbera dentro e fora desta neocolônia. Poderíamos repetir, hoje, praticamente o mesmo protesto que percorreu a imprensa brasileira, um século atrás:

O desconhecimento da identidade específica da gripe se transformou em um problema político e social. A insistência em defender a benignidade da doença e o declínio da epidemia diante do caos presenciado nas ruas da capital federal foi encarada como uma demonstração de passividade e rendeu ferrenhas críticas ao governo. Do mesmo modo, a morosidade em estabelecer medidas profiláticas e as limitações estruturais que afetavam as instâncias de saúde durante o combate à epidemia de gripe despertaram a ira popular sobre diversos personagens do governo, e o próprio presidente Wenceslau Braz e o então diretor da Saúde Pública, Carlos Seidl, foram seus principais alvos.⁵

4 Cf. Adriana da Costa Goulart. Revisitando a Espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, 2005, p. 101-42.

5 Idem, *ibidem*, p. 118.

Evidentemente, não descemos tão baixo por acaso.

Desde o horroroso espetáculo que pautou o impedimento de Dilma Vana Rousseff, encerrado em agosto de 2016, os pequenos (mas importantes) avanços sociais, com impacto na educação, na saúde, na cultura e na infraestrutura do país, vêm sendo substituídos, quando não soterrados, pela ilógica do Estado, que de mínimo passou a nulo. *Deo gratias*. Nesta neocolônia, a única célula pública que restou foi a dos políticos – seres abjetos e mal-intencionados que, salvas honrosas exceções, demonizam a assistência social, confundindo-a intencionalmente com sintoma comunista.

Neste, e em diversos momentos da violenta e acidentada história nacional, faltou aos inimigos do povo justificar a sua desimportância (tão bem remunerada); a especulação com milhões de hectares de terras (que podem ser mortas, mas não serem ocupadas pelo homem do campo); o descaso para com as camadas sociais (que dizem representar); a postura cabisbaixa dos que “amam a pátria”, diante dos EUA; a confusão que estabelecem entre pastoreio neopentecostal (que abençoa água via satélite), capitaneado por sujeitos sem maior competência que extorquir dinheiro dos que menos têm.

Para essas criaturas, entre a claque remunerada e os fiéis seguidores, toda e qualquer forma de conhecimento pode ser contestada com astrologia e outras variantes da palavra que sequer atingem o lugar-comum. Eles dizem não para a História, embora discurssem em nome de uma tradição a zelar; negam a diversidade, ignoram as diferenças e tratoram o pensamento crítico, pois acreditam que só há um modo de viver – segundo a ilógica rasa, voraz e egoísta dos espertos. Na falta de argumentos consistentes, vociferam bravatas; em vez de emancipar para o povo, reforçam táticas de cabresto; em lugar de estimular a economia solidária, elogiam a livre-iniciativa (no país-colônia em que há mais empreendimento que mercado de consumo).

A reafirmação do dogma, o moralismo de araque, o discurso anti-corrupção, a defesa da (suposta) liberdade individual, a sacralização do mercado, a bênção da propriedade, a privatização dos recursos naturais e desestatização das instituições e empresas que melhor funcionam, tudo entra na órbita negativa e risonha da desfaçatez. Não bastou eleger palhaços e outras nulidades como deputados; era preciso dar uma rasteira na presidenta eleita democraticamente, segundo a lógica do *playboy* que pratica coronelato no campo, com direito à tráfico em pó e tráfego aéreo, ambos particulares e escandalosos praticados pelo “cidadão de bem” – provável resquício das formas de tratamento herdadas à colonização europeia, que vigorou por 322 anos. Não bastou rimar titica com “pior que está não fica”. Mas a prova dos nove foi eleger um mito, esquecendo-se que, desde os gregos da Antiguidade, mito não passa de narrativa fictícia.

Entre o privilégio e a exclusão; entre o deboche e o factoide, por motivos variados, mas infundados e incoerentes, a figura do professor foi demonizada, precarizada, maltratada. Primeiro, disseram que éramos vagabundos e preguiçosos; depois, que tínhamos duas “férias” por ano; em seguida, que doutrinávamos as inocentes crianças e adolescentes do Brasil, abaixo de Deus, mas repleto de testosterona varonil; finalmente, que devemos ser delatados, mesmo porque valemos menos que alguns dentre os muito penduricalhos dos juízes, deputados, senadores e homens super-blindados que atuam no poder executivo.

De muitos não se compõe e desfaz o país: da negação da História passa-se à negação do outro e à supressão de direitos mínimos; da mania de distinção, decorre a interdição do aeroporto, a queixa do cheiro, do jeito, da fala, do andar, do gesto, do vocabulário do “pobre”. Certa feita, chegou a pandemia. E cá ficou. Às aberrações (que se especializaram

em decretar celibato, determinar cores de roupa, atribuir sabedoria a falsos profetas, perdoar a dívida de apoiadores da ideologia genocida, cortar bolsas, chantagear reitores, premiar delatores, punir sem provas etc.) somaram-se o não fatal (negar a pandemia) aos nãos, todos os nãos.

Combinados ao revisionismo mal-intencionado da história, a desinformação e o negacionismo da ciência relembram que a única face assertiva do *não* consiste em diferenciar os vivos e igualar os mortos – estejam eles na via pública ou na vala comum. Hoje, assim como há um século, trocou-se a certificação científica pela esperança na imprensa, como revela um artigo do *Correio da Manhã*, veiculado em 24 de outubro de 1918:

Essa repartição, que se denomina por uma atroz ironia — Saúde Pública — tinha o dever, senão de impedir por completo a irrupção de uma epidemia nefasta, de minorar-lhe os efeitos, de empregar todos os meios para impedir essa irradiação tremenda enquanto tinha pessoal em saúde e bastante para o trabalho. Em vez disso, cruza (...) os braços, declara-se impotente para qualquer medida e confessa, criminosamente, a completa falência de suas medidas higiênicas.⁶

Não por acaso, isto (essa terra de grileiros, desmatadores, assassinos de índios, de idosos, de crianças) não configura um país. Nosso povo não é coerente; os desgovernos não cuidam da gente; a vacina não vai dar; os testes não serão feitos; a corrupção não será combatida; os enterros não serão dignos. Acima, ou abaixo de todos, a fé não (se) salvará; a política não (vos) modernizará. Nem uma, nem outra, nem ninguém (nos) libertará da estúpida e cega desfaçatez.

6 Transcrito a partir do artigo de Adriana da Costa Goulart, supracitado.

A Fala Solidária

*O mundo se divide entre os que encontram e os que nem
sabem onde puseram*
(Millôr Fernandes. *A Bíblia do Caos*)¹

Dia desses, levo adiante o projeto de escrever uma preceptiva, quer dizer, um manualzinho que descreva situações controversas em sala de aula. Como todo professor que se preza é um aluno-continuado, o livro traria amostras de diálogos e análises que sugeririam modos alternativos de amenizar “o clima” e resolver os conflitos entre estudantes e professores(as). De ambas as perspectivas. Em suma, seria um pretensioso tratado de boas-maneiras, com o perdão do acento moralista, centrado na relação ensino-aprendizagem.

É de supor que os exemplos discutidos no volume seriam pautados pela perspectiva do autor. Quando se leciona há mais de vinte anos, suponho que tenhamos algo de útil a dizer, a partir dos ensinamentos formais e informais que recebemos. De todo modo, quero crer que isso não impediria – antes, favoreceria – exercitar a difícil tarefa de nos colocarmos no lugar de outrem, inclusive naqueles momentos em que a razão, aparentemente, está conosco.

Se o projeto se materializar, a primeira seção versará sobre os variados modos de discordarmos uns dos outros em sala de

1 Millôr Fernandes (2002, p. 175).

aula. Nisso posso sair favorecido por ter vivenciado numerosas situações em que alunos agrediram uns aos outros, verbalmente, por conta de visões diferentes sobre determinada questão. Isso costuma acontecer em três ou quatro situações:

1. Quando o tema da aula encontra respaldo na leitura prévia do material extraclasse pela turma.
2. Quando a questão lançada pelo professor soa polêmica aos estudantes.
3. Quando um grupo de alunos que têm divergências pessoais, disputam o poder de terem razão perante determinadas matérias.
4. Quando um ou mais alunos são refratários ao teor da aula, “discordam” do método empregado ou questionam o que nomeiam “didática” do professor.

Obviamente, há variados modos de dizer o mesmo. É o que acontece, por exemplo, nos debates que, involuntariamente, estimulam a disputa dos estudantes por protagonismo. Digamos que, após analisarmos o capítulo fundamental de um romance epistolar do século XVIII, proponhamos uma questão como “O fato de a narrativa ser em primeira pessoa poderia ser considerado um fator que incrementa a qualidade da história?”.

Essa modalidade enunciativa visa a induzir o auditório a se posicionar, o que não implica, necessariamente, que o professor “goste de ver o circo pegar fogo”. Pelo contrário, sempre que lanço perguntas desse feitio, alimento a esperança de que uma resposta complemente (e não anule) a outra. Entretanto, após um pupilo se manifestar, quase sempre uma segunda voz se manifesta dizendo: “discordo do Fulano!”. Dependendo do grau de timidez (ou disposição para o combate), Fulano retoma a palavra e apresenta sua réplica, a que se sucede a tréplica de Sicrano etc.

Pois bem, o que este episódio sugere? Que parte considerável dos nossos alunos aprendeu (alguns, desde o ensino básico) que a sala de aula antecipa o “mundo competitivo” dos

negócios e do empreendimento. Portanto, parece haver uma disputa entre *vencer* uma ideia e *se somar* à palavra do outro. Ora, depois de tanto tempo a lecionar, passei a diagnosticar esses embates como episódios de concorrência pessoal (e vaidade “acadêmica”), em que silenciar ou derrotar o colega assume importância muito maior que o debate, a troca de ideias. Ou seja, frequentemente *superar* o interlocutor importa bem mais que a reflexão sobre o tema em questão...

Pronto, acho que encontrei o título para o pequeno tratado: *Arte da Refutação Solidária*. Às primeiras linhas, este autor dirá que há modos alternativos de discordar dos colegas ou dos professores. Para isso, precisamos lembrar quanto pesam determinadas palavras, bem como o modo de utilizá-las. Em lugar de “discordar *totalmente*” do vizinho de carteira, poderemos formular sentenças mais acolhedoras, tais como: “*Em complemento* ao que Fulano disse, penso que...”; ou: “*Paralelamente à observação de Sicrano*, seria produtivo discutir a postura da personagem retratada pelo narrador”: ou ainda: “Professor, aproveitando a sua pergunta, poderíamos discutir o tom confessional do livro?”.

Repare-se que essa postura colaborativa pressupõe uma concepção diferente de ensino. Acima de tudo, ela repousa em maior humildade frente ao conhecimento, quase sempre constituído a partir de fragmentos em diálogo. Pode-se discutir de tudo na sala de aula: da crença à descrença; da concorrência à cooperação; do organograma às relações mais horizontais etc. A sala de aula só não pode prescindir do seu lugar no estímulo saudável ao pensamento crítico.

A Fala Imperialista

Muito se parecem entre si o terrorismo artesanal e o de alto nível tecnológico, o terrorismo dos fundamentalistas religiosos e o dos fundamentalistas de mercado.
(Eduardo Galeano. *O Teatro do Bem e do Mal*)

Quem conhece minimamente a Republiqueta em que sobrevive, apesar do empenho genocida do desgoverno messiânico, sabe que: 1. Desde o final da Segunda Guerra, os EUA ditam o que vai na cartilha dos bancos e governos, como conduta “responsável” para os países da América Latina. 2. Cúmplices dos bancos e latifundiários, os governantes (civis ou militares) agem como capachos do Tio Sam e cobram a “conta” do povo, que, justamente enfurecido, resiste à brutalidade das “reformas” recomendadas pelos primos ricos. 3. Os governantes locais reagem com extrema violência aos protestos do povo, em nome da ordem e da fachada republicana¹. 4. Enquanto isso, os EUA continuam a monitorar a instabilidade dos países que comandam, felizes da vida por serem

1 “Há no Brasil um mito poderoso: o da não violência brasileira. Esse mito foi construído desde muito cedo por nossa historiografia coma declaração de que nossa história foi feita sem sangue. De fato, enquanto nas Américas a luta contra o colonialismo foi realizada por revoluções sangrentas, no Brasil bastou que o herdeiro da coroa portuguesa fizesse ecoar ‘num brado retumbante’ as célebres palavras ‘Independência ou morte!’ para que julgássemos ter saído da condição colonial. Da mesma maneira, bastou que um marechal gritasse nas praças do Rio de Janeiro ‘Viva a república!’ para que acreditássemos estarmos pacificamente livres do poder imperial” (Chauí, 2021, p. 36).

recomendados como a terra da liberdade, da democracia e do neoliberalismo².

O assunto não é novo; nem estou a reivindicar originalidade. Eduardo Galeano sempre nos alertou para as alianças escusas entre os países da América dita Latina com seus “conquistadores” europeus e, a partir do século XIX, com os Estados Unidos – “presidente do planeta” (*O Teatro do Bem e do Mal*, 2008, p. 17). “Em 1968 e 1969, a banca estrangeira avançou com o ímpeto: o First National City Bank, atualmente, conta com nada menos de 110 filiais semeadas em dezessete países da América Latina. O número inclui vários bancos nacionais adquiridos pelo City nos últimos tempos” (*As Veias Abertas da América Latina*, 2020, p. 296).

Para aqueles que condenarem *As Veias Abertas da América Latina* por ser um livro muito “antigo” (a primeira edição é de 1970), não se acanhem: há material mais recente sobre as boas-ações do Tio Sam. Os leitores, se os houver, poderiam consultar o capítulo “A Doutrina Monroe e o Pan-America-nismo”, de Bradford Burns, publicado em 2003. Ele revelou que, pelo menos desde 1823, o Brasil já estendia o tapete verde e amarelo para a pisada dos EUA, graças às maquinações do Barão do Rio Branco, sendo a “Doutrina Monroe” uma amostra eloquente disso: “Menos de dois meses depois do Presidente James Monroe recomendar aos europeus, em 3 de dezembro de 1823, que se afastassem dos assuntos internos do Hemisfério Ocidental, o governo brasileiro reconhecia a

2 Em entrevista concedida em 1996, José Luís Fiori (1998, p. 168) prognosticou o que viria a acontecer no país: “[...] o caráter tardio da nossa adesão à onda neoliberal provavelmente tenderá a acelerar e intensificar os seus efeitos destrutivos no plano econômico, em termos de recessão, quebra de empresas, desemprego e ‘sucateamentos regionais ou setoriais’; e no plano sociopolítico em termos de desorganização dos movimentos sociais e sindicais, destruição da capacidade de ação e coordenação estatal e generalização de condições de ingovernabilidade sobretudo nos níveis subnacionais do poder federativo”.

nova doutrina, e falava em uma aliança ofensiva e defensiva com os Estados Unidos” (*A Aliança não Escrita*, 2003, p. 185).

Dois anos depois, em *Estados Unidos: o novo imperialismo*, o escocês Victor Gordon Kiernan mostrou como funciona(va) a política neocolonialista da América-feita-para-os-[norte] americanos, colocada em marcha desde o início do século XX. Em Porto Rico, por exemplo, “a liderança e a política de assimilação dos EUA, com o presente da cidadania americana em 1917” resultava em que “além dos habitantes, o território também estava sendo americanizado. Companhias americanas possuíam a maior parte das plantations de cana-de-açúcar, que atingiam de 6 mil a 8 mil hectares” (*Estados Unidos: o novo imperialismo*, 2009, p. 281-282).

Dentre as pesquisas desenvolvidas no Brasil, destaco o incontornável estudo de Luiz Alberto Moniz Bandeira, editado em 2008, que descreve minuciosamente os métodos empregados para a derrocada de Salvador Allende em 1973: “A manobra para levar o Chile ao caos econômico, social e político começou em realidade logo após a eleição de Salvador Allende. O fato de ser ele o primeiro marxista eleito presidente da República, através de procedimentos legais, em um regime democrático, propiciou, decerto, o clima para o início de uma corrida bancária, incentivada pela CIA e magnificada pelo próprio ministro da Fazenda e Economia do governo de Eduardo Frei” (*Fórmula para o Caos*, 2008, p. 163).

Supondo que esses poucos exemplos não sejam capazes de sensibilizar o isentão para além do lixo que recebe pelas redes sociais -, talvez haja interesse em voltarmos os olhos para o Brasil. O historiador Carlos Fico mostrou os vínculos abjetos entre os militares daqui e os xerifes do norte, em obsessão por varrer a “ameaça comunista”, vide a política do *Brother Sam*, imposta durante o governo de João Goulart: “a avaliação negativa do governo de Goulart amplificou-se com

a implantação do regime militar. Ele passou a ser identificado como o principal responsável por ter lançado o país na ditadura [...] A identificação de suas atitudes como causas do golpe de 64 seria a base da tese do ‘contragolpe preventivo’, isto é, a suposição de que Goulart pretendia perpetuar-se no poder para além do prazo constitucional” (*O Grande Irmão*, 2008, p. 73).

Mais recentemente, Everaldo de Oliveira Andrade contou a história da invasão haitiana pelos Estados Unidos, confirmando a máxima de que só se pode ser nacionalista sob a bandeira do Tio Sam. Em “28 de julho [de 1915] desembarcaram no Haiti os primeiros 350 *marines*, vindos da base de Guantánamo, em Cuba. Sob o comando do almirante William Caperton, foi ordenado que cinco companhias ocupassem a capital haitiana. Em 7 de agosto já controlavam todo o território nacional, com as forças militares e policiais haitianas e seus quartéis, ocupados. O novo secretário de Estado, Robert Lansing, afirmou na ocasião que a ocupação era ‘a única coisa a fazer se pretendemos curar a anarquia e a desordem que prevalecem naquela república’.” (*Haiti: dois séculos de história*, 2019, p. 94-95).

Fizemos um breve passeio pelo continente; porém, se a questão ainda não estiver suficientemente clara, por obsequio, o leitor repare no que acontece com a Colômbia ao longo dos últimos dias, ainda outra vez. Por quê? Respondo: porque sim. O ciclo é antigo, perverso e bastante conhecido. Evidentemente, o Brasil nunca esteve imune a ele, apesar de se mostrar tão generoso para com os invasores, e hostil para com os daqui. Mas não nos preocupemos: em breve, a turma dos tucanos “moderados” e dos laranjas que “renovam” virá acomodar a situação doméstica, capitulando mais uma vez frente aos interesses dos EUA (e de quem mais quiser um quinhão desta terra de ninguém).

Salvo engano quanto ao prognóstico, os representantes mais escrotos de nossa “elite” (o que quer que isso signifique) repetirão as falácias de costume. Reinstalados em Miami, proclamarão ser patriotas e farão tudo em nome da “pátria-amada”: *commodity* de todos, menos nossa, *Brazil*.

A Ideologia Reacionária

O mais importante, porém, é que todo policial sabe que os governos mudam, mas a política fica
(Leon Trotsky. *Revolução e contrarrevolução* [1929]).

*Garrastazu
Stalin
Erasmio Dias
Franco
Lindomar Castilho
Nixon
Delfim
Ronaldo Bóscoli
Baby Doc
Papa Doc
Mengele
Doca Street
Rockfeller
Afanásio
Dulcídio Wanderley Bosquilha
Pinochet
Gil Gomes
Reverendo Moon
Jim Jones
General Custer
Flávio Cavalcante
Adolf Hitler
Borba Gato
Newton Cruz
Sérgio Dourado*

Idi Amin
Plínio Correia de Oliveira
Plínio Salgado
Mussolini
Truman
Khomeini
Reagan
Chapman
Fleury

(Marcelo Fromer; Tony Bellotto; Nando Reis; Arnaldo Antunes. “Nome aos Bois”, 1987).¹

Tipo

O *reacionário* é, por definição, aquele que *reage* violentamente às mudanças que não lhe agradam ou convêm. De maneira geral, ele discursa em nome dos bons costumes e de outras quimeras, tais como pátria, família, propriedade, tradição, liberdade e segurança, sem se reconhecer como parte do “povo”. A sua atitude mestra é preventiva, para recorrermos a Herbert Marcuse (1973b, p. 11-12):

A contrarrevolução é predominantemente preventiva e, no mundo ocidental, inteiramente preventiva. Aqui, não existe qualquer revolução recente a dismantelar nem nenhuma existe em gestação. E, no entanto, é o medo da revolução que gera o interesse comum e cria os vínculos entre as várias fases e formas de contrarrevolução. Esta percorre toda a gama desde a democracia parlamentar à ditadura declarada, passando pelo Estado policial.

Ainda que o reacionário se considere um ente correto e de alta estirpe, culto e portador de boas maneiras; embora si-

¹ Enviei mensagem para o perfil de Nando Reis, no *Instagram*, em 4 de março de 2023, comunicando-lhe sobre a transcrição da letra de “Nome aos Bois”, utilizada como epígrafe deste ensaio. Não obtive resposta do compositor.

mule modos superiores à “gentalha”; malgrado acredite pensar por contra própria, o seu discurso repousa placidamente em fórmulas de senso comum (forjadas em Inglaterra, França, ou Estados Unidos), disseminadas com alarde pseudo-patriótico nesta neocolônia, pelo menos desde a década de 1930.

Logo que passamos a habitar os Estados Unidos do Brasil, a primeira instituição formal de reacionários atendia pela singela (e abstrata) alcunha de Integralistas, sob a batuta de Plínio Salgado. A associação reacionária mais recente, também personalista, aderiu ao sobrenome de um desgovernante mentalmente desequilibrado, moralmente hipócrita, e politicamente, nacional-entreguista². Na figura desalinhada, bonacheirona, negacionista e grosseira do capitão mitomaniaco, materializou-se a sanha autoritária, em consórcio torpe com a vocação golpista – ambos os sintomas agravados pelo fato de o seu porta-voz ser um tipo egoísta, vil e inculto, capaz de destilar dezenas de preconceitos em “discursos” oficiais”; negligenciar o povo que o elegeu; condecorar criminosos; celebrar ditadores; disseminar *fake News* dentro e fora do país etc.

Como se vê, muitas coisas mudaram para pior no território de todos (menos nosso), em oitenta anos. Todavia, como os patriotas de bem (que vivem em Orlando) carecem de escrúpulo e são avessos a qualquer forma de solidariedade, os ideólogos nefastos de ontem (tais como Plínio Salgado, Golbery do Couto e Silva, José Osvaldo de Meira Penna ou Roberto Campos), também foram suplantados. A ala mais torpe, violenta e ignorante dos reacionários ultraliberais elegeu uma fraude ainda maior como “filósofo” – o que diz muito sobre a incapacidade cognitiva e a má “interpretação” textual de seus adeptos.

2 “[...] a chamada ‘Doutrina de Segurança Nacional’, importada das escolas militares dos EUA, servia perfeitamente para a elaboração de um projeto próprio de poder para os militares brasileiros” (Seixas, 2021, p. 29).

Ora, somente a combinação de má-fé, desfaçatez e cinismo permitiria a alguém descrever Olavo de Carvalho como um pensador de quilate, fechando os olhos e tapando os ouvidos para a nulidade intelectual e a cafajestice histriônica daquele homem grosseiro e reacionário. A questão é que mesmo os movimentos excludentes, por mais obtusos e violentos que sejam, carecem de um guru de fachada que lhes envernize a opinião e “legitime” os seus disparates.

Por sinal, o que mais temos assistido nos últimos anos é a proliferação de produtores de “conteúdo” questionável, deslumbrados com a quantidade de visualizações, validações, compartilhamentos e registro de opiniões em seus vídeos. Descendo a círculos infernais mais fundos que Golbery e Olavo, o reacionário digital queimou os livros e migrou, cheio de ressentimentos, para a *Internet*. Embrutecido como os demais “cidadãos” que lutam pela sobrevivência, ele está obcecado em saltar mais alto que o resto do cardume, na luta pelo sucesso a todo custo.

Financiado por megaempresários, associado a corporações gigantescas, apoiado por portais midiáticos de quinta categoria, pouco importa a seus seguidores que o *youtuber* minta, faça apologias da violência e não ofereça conhecimento algum. Sedento pela audiência e pelos anunciantes, o guru retroalimenta a gangue virtual que o sustenta e viraliza os “cortes” do *seu* programa de “entretenimento”. Em paga, os “membros do canal” adquirem desconto “exclusivo” em bens, serviços e produtos; “escolhem” os próximos temas a serem exibidos; assistem, em primeiríssima mão, a entrevistas em que reina a superficialidade e imperam as controvérsias.

O pequeno-grande mundo das obviedades se expande velozmente. Se há algo em que as plataformas digitais efetivamente investem é em promover e reproduzir polêmicas – estratégia a que as emissoras de rádio e televisão já recorriam

com muitas décadas de antecedência. Em rigor, pouca diferença há entre os programas de auditório, na tevê, e episódios com entrevistados estúpidos, nos canais de *streaming*.

O crime hediondo encontra a punição exemplar do “bandido” (especialmente quando periférico, preto e pobre); a reflexão cede terreno às palavras de ordem; o *reality show* sugere que o amor improvável é possível; a “*nova novela*” reitera os mesmos temas, fórmulas e campanhas de *merchandising*; em nome da maior credibilidade, os noticiários tradicionais disputam espaço com as mídias progressistas; a palavra sagrada resigna o telespectador, enquanto o assalto em nome da fé continua, glória a deus, amém.

Rezando ou não; crendo ou não no que professa, o reacionário tampa os ouvidos e fecha os olhos para comportamentos moralmente discutíveis de seus representantes, já que a sua régua maniqueísta tem limites de aplicabilidade, conforme as conveniências. Dissimular o que ele vê é um dos traços constantes desse tipo social, o que também explica seu modo de sociabilidade³. Admitidas ou não, as falhas de caráter costumam se vincular a sujeitos ressentidos e violentos – indivíduos em que se percebe que o reacionarismo não é apenas um modismo passageiro, mas um fundamento que estabiliza⁴, do pior modo, seu modo covarde de conceber as pessoas e as coisas.

3 “Esse processo de socialização militar cria uma cosmovisão: o mundo divide-se entre ‘nós’, os militares, e ‘eles’, os civis. Chega-se a essa distinção entre ‘eu’ e o ‘outro’ pela conjunção de diversos fatores. Um é o processo de socialização dos militares, diverso daquele dos civis; outro é a ‘ideia predominante’, o princípio construtivo da organização militar, que é a honra, enquanto que [*sic*] nas organizações civis ela é legalidade. Essa ideia predominante, para que seja de fato aglutinadora, deve ser transmitida de turma para turma, qualquer que seja o currículo das escolas militares” (Ferreira, 2000, p. 35).

4 “[...] as condições que provocam essas formas de caráter são relativamente estáveis de longa duração” (Fromm, 1987, p. 376).

Método

A fala reacionária não acontece ao acaso, já que exprime a ideologia de sujeitos, corporações ou grupos sociais que se especializaram em reunir pseudoargumentos supostamente razoáveis, ainda que não tenham consultado estudos ou sequer verificado a integridade de seus interlocutores e a credibilidade das “fontes” que reproduzem sem qualquer reflexão prévia. Não se esqueça que, na falta de maior espaço nos veículos tradicionais, os reacionários encontraram na *Internet* um campo fértil para criar gigantescas ondas de desinformação, com vistas a manter o protagonismo e criar confusões até mesmo em leitores capazes de analisar e interpretar o discurso com a maior precisão possível.

O reacionarismo se escora em um conjunto de falácias, perpetradas por seus interlocutores como se se tratasse de verdades absolutas, ou seja, doutrinas que não se pode contestar. Ora, esse caráter dogmático, atribuído à informação disseminada pelos adeptos da extrema direita, condiz com a personalidade autoritária e sua obsessão em se distinguir dos outros a qualquer custo. No quadro mais amplo, a exclusão subjaz o modo de conceber a si mesmo e aos outros. De acordo com Gilmar Henrique da Conceição (2003, p. 49), “O comportamento intelectual das elites dirigentes parecia, até bem pouco tempo, considerar que apenas elas contavam na sociedade brasileira”.

A pactuação entre as elites brasileiras e os interesses estrangeiros é sobremodo conhecida. Desde o golpe republicano, em 1889, os acordos articulam política, economia, e cultura a um estado policialesco, extremamente violento para com os cidadãos a quem esses “agentes da repressão” (Althusser, 2022), em tese, deveriam “servir e proteger”. O quadro abrange os interesses escusos das potências estrangeiras e a falta de

soberania dos países latino-americanos (em particular o Brasil, que se identifica mais com os pseudovalores impostos pelos Estados Unidos que com a agenda dos países vizinhos).

Como se disse, essa adesão quase integral aos ditames dos Estados Unidos começou na década de 1910, em reação ao “perigo vermelho”, que teria insuflado as greves de 1917 e 1918, no país (Lentz, 2022). Um dos pontos-chave de inflexão aconteceu nos anos de 1940, como explica Gerson Moura (2021, p. 26):

No plano das *relações interamericanas*, a Conferência do México, em fevereiro-março de 1945, visava a estabelecer a posição dos países latino-americanos na nova ordem internacional. [...] Conhecida também como Conferência de Cahpultepec, essa reunião apresentava um dilema para os Estados Unidos. De um lado, os governos latino-americanos advogavam uma abordagem regional para as questões de segurança internacional; de outro, os Três Grandes [Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra] davam ênfase ao caráter mundial da futura organização encarregada de manter a paz [*grifos do autor*].

Em colaboração com o desastre social, cultural econômico, ressoavam as teorias eugenistas, que pretendiam “naturalizar” as diferenças, normalizar os antagonismos e justificar as políticas de “melhoramento” das raças. Na síntese de Sidney Aguilar Filho (2021, p. 25),

Na concepção racista/eugenista, a inferioridade eugênica era acompanhada de menor direito político e jurídico ou da ausência deles. Essa concepção justificou o Estado Autoritário (“liderado pelo gênio, expressão maior da raça”) ou o Estado Oligárquico (tido como “aristocrático”). Ao mesmo tempo, fortaleceu a exploração sobre a classe trabalhadora, empurrando a base da pirâmide salarial para baixo e desvalorizando a remuneração do trabalho, o que favoreceu a acumulação econômica do capita-

lismo⁵. Nessa lógica capitalista e preconceituosa, a “liberdade dos detentores da propriedade e da superioridade” suplantava a igualdade de direitos entre os seres humanos.

Obviamente, o alinhamento com os interesses das potências mundiais se refletia nas matrizes de pensamento que engessavam as grades curriculares, tolhiam os professores e moldavam a “formação” dos cadetes e oficiais, nas escolas preparatórias. Estudos realizados com rigor acadêmico sugerem que um dos primeiros ensinamentos transmitido aos alunos das escolares militares é o de se considerarem superiores aos civis, graças à honradez, à disciplina, à determinação, ao preparo físico, ao caráter supostamente não-ideológico do curso que frequentam etc. Celso Castro (2021, p. 15) sintetiza o que enforma essa concepção de mundo:

Tornar-se militar significa, acima de tudo, deixar de ser civil. Mesmo quando transita pelo assim chamado “mundo civil”, o militar não deixa de ser militar – pode, no máximo, estar vestido à *paisana*. “Mundo/meio militar” e “mundo meio/civil” são o que os antropólogos costumam chamar de “categorias nativas”, estruturantes da visão de mundo dos militares, e não termos descritivos [*grifos do autor*].

O potencial doutrinário caminha ao lado do ressentimento, dirigido a intelectuais, cientistas, professores, jornalistas progressistas etc. Desde meados do século XIX, as classes médias aderiam – com maior ou menor grau de reserva – aos pressupostos e métodos adotados pelos militares (especialmente

5 João Manuel Cardoso de Mello (2017, p. 16) supunha “[...] que se poderia definir o Centro capitalista por três tipos de controles: o primeiro deles se exerceria sobre o processo de inovação tecnológica, o que supõe formas de organização capitalista nas quais estaria encarnado o poder financeiro; o segundo concerne à moeda e à finança internacionalizada, o que por sua vez pressupõe o poder industrial; o terceiro diz respeito ao poder político-militar, em última instância, o controle das armas”.

os membros do exército, também por conta de sua maior “proximidade” com a população em geral). Contudo, houve uma guinada reacionária que contagiou inclusive as camadas populares (ainda que continuem a ser o alvo prioritário dos agentes da repressão). Desde a manobra de *lawfare* – gestada, organizada e executada com apoio da CIA –, que removeu o candidato largamente favorito à reeleição presidencial, em 2018, o discurso *anticorrupção* ganhou manchetes diárias nos veículos de maior credibilidade no país.

Entre 2019 e 2022, assistiu-se ao aumento da miséria social, à precarização das formas de trabalho; ao encarecimento da cesta básica; a sucessivos cortes na Educação, Saúde, Moradia e formas de assistência; ao rentismo descarado, protagonizado por um banqueiro, alçado irresponsável e antiteticamente, a Ministério da Economia. De maneira geral, o falso Messias nomeou figuras históricas, incompetentes, hipócritas e rancorosas para todas as pastas do seu desgoverno. Parte delas se alojou no governo do Estado de São Paulo, escolhido pelos eleitores mais reacionários, em nome do antipetismo e da suposta “manutenção” imoralmente conservadora. Para Marcos Nobre (2022, p. 20-21),

Mais do que um simples líder antissistema, Bolsonaro se considera o líder de uma revolta conservadora. Ele não busca a assimilação em nível institucional. Ele associa suas posições de extrema direita à defesa de tudo o que é ético e decente e identifica o restante – todo o sistema político – com a “esquerda”, ou seja, com tudo o que é corrupto e corrompido na vida social em geral.

As falas, gestos e ações indecorosas e sem respaldo na realidade, criaram um curto-circuito de ida e vinda entre o delírio do presidente e a mitomania cega (senão oportunista) de seus adeptos. Não por acaso, passou-se a detectar o comportamento análogo ao das seitas religiosas entre seus apologetas.

A questão é controversa, pois Jair não teria sido eleito se não contasse com a simpatia cafona e cafajeste de miseráveis, remediados e milionários. O fato é que essa postura refratária à toda e qualquer forma de assistência social está intimamente ligada às pautas moralistas (portanto, hipócritas); à “nobilitação” pelo trabalho (precarizado ou não); à defesa intransigente da família (ainda que sejamos um dos países mais feminicidas do planeta); ao civismo de ocasião (ainda que quase ninguém saiba interpretar o hino nacional) etc.

Em 2023, continuamos a arcar com o ônus da modernização conservadora, tipicamente brasileira, mancomunada com a adesão suicida das elites, classes intermediárias e parte considerável dos mais pobres, às pautas ultraliberais. Augusto Buonicore (2017, p. 117) situa a guinada neoliberal no início da década de 1990, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso – encantador das elites daqui e de lá:

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso retomou com força o projeto neoliberal. Mas, teve que aplicá-lo num país concreto, complexo e cheio de contradições. O Brasil do início da década de 1990 não era o Chile de Pinochet e nem a Bolívia. – que em 1985 fez a segunda grande experiência neoliberal no nosso subcontinente. O governo de FHC foi o resultado da vitória de uma frente política e social fundamentalmente conservadora, que incorporava as diversas frações da burguesia (industrial, bancária, rural), sob a direção do capital financeiro.

A Fala Lacônica¹

*Será que o prazer de tocar sua guitarra
E a gratidão de chutar uma bola
Vão lhe render juros ou não?*
(Edgar Scandurra. “Casa de Papel”, 1986)

É provável que em algum momento dessa parca existência, vossa mercê tenha vivenciado situações em que notou grande descompasso entre a quantidade de palavras que emitiu e o quinhão que recebeu. Eventos dessa natureza são bastante comuns e podem acontecer durante conversas por telefone, troca de correspondências eletrônicas ou mensagens via aplicativo. Porém, quando acontece pessoalmente, a experiência pode ser ainda mais perturbadora, em particular se estiver diante de uma pessoa estelar.

Laconismo é um termo algo rebuscado, ou fora de moda, que caracteriza brevidade – por vezes, combinada à fala firme e pouca. Lacunar. Decerto, os motivos para esse comportamento do interlocutor serão muitos e variados: insegurança no trato horizontal com os outros; indisposição para dialogar; presunção de superioridade intelectual etc. Sendo numerosas as razões, sugiro examinarmos a fala lacônica como pressuposto de proeminência, meio para figurar autoridade, com finalidade de realçar soberania.

1. Esse texto foi publicado no Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento social em 25 de agosto de 2023.

Como sabemos, a fala lacônica é recorrente no pequeno-grande mundo acadêmico, pois quase sempre ela se relaciona ao pragmatismo das relações e, no plano pessoal, à (auto)afetação de suma importância. Sendo um fenômeno frequente, a ideia consistiria em averiguar se o comportamento é sintoma de espontaneidade ou fruto de cálculo puro e simples. Em suma, precisaríamos saber se o laconismo verbal expressa um modo introvertido e econômico de ser ou se é empregado conscientemente, quer dizer, como artifício capaz de imprimir autoridade aos breves ditos, negativas e silêncios.

Embora este pseudocronista atribua alta relevância à matéria, o assunto pode ser inconveniente, até mesmo delicado, para ouvidos mais iluminados ou luminosos. Evitemos controvérsias desnecessárias. Considerando que: (1) estou minimamente habilitado para analisar e interpretar discursos; (2) que sou capaz de prevenir constrangimentos alheios, sugiro que recorramos a personagens fictícias. De quebra, evitaremos soar descortesias com alunos ou colegas de ofício mais suscetíveis e não pareceremos indignos por cobrar maior atenção dos astro-humanoides.

Assim sendo, examinemos dois caracteres extraídos de um romance oitocentista suficientemente conhecido do grande público. Em certa altura do *Quincas Borba*, o ex-professor e (inepto) capitalista Rubião recebe a visita de dois pseudoamigos – Freitas e Carlos Maria. A cena ocupa os capítulos XXIX, XXX e XXXI e transcorre nestes termos:

Rubião passou o resto da manhã alegremente. Era domingo; dois amigos vieram almoçar com ele, um rapaz de vinte e quatro anos, que roía as primeiras aparas dos bens da mãe, e um homem de quarenta e quatro ou quarenta e cinco, que já não tinha que roer. Carlos Maria chamava-se o primeiro, Freitas o segundo. Rubião gostava de ambos, mas diferentemente; não era só a idade que o ligava mais ao Freitas, eram também a índole deste homem.

Freitas elogiava tudo, saudava cada prato e cada vinho com uma frase particular, delicada, e saía de lá com as algibeiras cheias de charutos, provando assim que os preferia a quaisquer outros. [...] era vivo, interessante, anedótico, alegre como um homem que tivesse cinquenta contos de renda.

.....

Queres o avesso disso, leitor curioso? Vê este outro convidado para o almoço, Carlos Maria. Se aquele tem os modos “expansivos e francos” – no bom sentido laudatório – claro é que ele os tem contrários. Assim, não te custará nada vê-lo entrar na sala, lento, frio e superior, ser apresentado ao Freitas, olhando para outra parte. [...] Também podes ver por ti mesmo que o nosso Rubião, se gosta mais do Freitas, tem o outro em maior consideração: esperou-o até agora, e esperá-lo-ia até amanhã. Carlos Maria é que não consideração a nenhum deles. Examinai-o bem; é um galhardo rapaz de olhos grandes e plácidos, muito senhor de si, ainda mais senhor dos outros. Olha de cima; não tem o riso jovial, mas escarninho. Agora, ao sentar-se à mesa, ao pegar no talher, ao abrir o guardanapo, em tudo se vê que ele está fazendo um insigne favor ao dono da casa – talvez dois – o de lhe comer o almoço, e o de lhe não chamar pascácio.

(Assis, 2016, p. 123; p. 125-126)

Ora, ora. Vossa mercê mal bateu o olho, detectou o abismo que separa o mui digno e altivo Carlos Maria do bajulador e humilíssimo Freitas. Este esmera-se em transpirar alegria, tecer elogios e tirar máximo proveito à refeição, à bebida e aos charutos; aquele, prima em agir de modo taciturno, desprezar os zelos do anfitrião e fazer pouco caso dos outros.

O que explicaria tamanha diferença, tanta distância? Um motivo diz respeito à faixa etária: Carlos Maria tem vinte anos menos que Freitas. Outra razão é de natureza pecuniária: Freitas é um sujeito remediado financeiramente, enquanto Carlos Maria é um *bon vivant* escorado na futura herança

da mãe. O terceiro fator consiste na arte machadiana de contrastar personagens que, situadas em extremos, reforçam o entrelugar de Rubião e a posição intermediária que a loucura entre a vida e a morte.

Freitas é afável e falante. Animado, virgula a fala do anfitrião com elogios e enfileira observações óbvias sobre tudo o que experimenta, escuta e vê. Carlos Maria é inacessível e silencioso. Age sem entusiasmo, como se fosse um jovem incapaz de deslumbramentos. Dirige, quando muito, um olhar de censura ou resignação que, por acaso, inclui Rubião.

Retornemos ao tema inicial. A julgar pelo que se observa e escuta alhures, temos impressão de que, em certas ocasiões, a arte literária salta das páginas, percorre folha de guarda, lombada e capa, materializando-se em criaturas bem-postas, mas nem sempre disponíveis. Para além de cogitar se a postura resulta natural ou artificial, seria produtivo descobrir maneiras de mensurar se o falante lacônico procede assim todo o tempo ou apenas durante uma fração dele. Desconfio que agiria com menor parcimônia caso se dirigisse a pessoas quase tão distintas quanto ele.

De todo modo, o fenômeno sugere alguma presunção de si, mergulhada nas cores vibrantes do narcisismo. Decerto, a fala lacônica permite ao tipo estelar compor o seu autorretrato, acrescentando-lhe bela moldura com direito a *passe-partout*, lâmina de vidro, *backing board* e pendurador. Lá está a imponente gravura ornada com acessórios, afixada nos altos da parede. Vossa mercê concorda que ela pode constituir boa metáfora das pessoas-deidades? Lembra-se? Aqueles seres que, por tanto valorizarem sua oratória sacra particular, só poupam ou investem palavras após recalcular as condições de temperatura, volume e pressão.

Referências

(livros e discos)

AGUILAR FILHO, Sidney. *Entre Integralistas e Nazistas: racismo, educação e autoritarismo no sertão de São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2021.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *Haiti: dois séculos de história*. São Paulo: Alameda, 2019.

AQUINO, Santo Tomás de. *Sobre o ensino (De magistro) / Os Sete Pecados Capitais*. 2ª ed. Trad. Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Cotia: Ateliê, 2016.

BARTHES, Roland. *Fragments d'un discours amoureux*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2014.

BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Trad. Aníbal Alves. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. *Le Système des Objets*. Paris: Gallimard, 1970.

BOURDIEU, Pierre. “Condição de classe e Posição de classe”. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BUONICORE, Augusto C. O Neoliberalismo, os Governos e as Classes Dominantes Brasileiras. In: RABELO, Renato; MONTEIRO, Adalberto (orgs.). *Governos Lula e Dilma: o ciclo golpeado*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. Trad. Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CABRAL, Álvaro. *Dicionário de Psicologia e Psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979.

CAMISA de Vênus. “O Adventista”. In: *Camisa de Vênus*, 1983. [CD]

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. A Contrarrevolução Liberal-Conservadora e a Tradição Crítica Latino-Americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

CASARA, Rubens. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. Trad. Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Trad. Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAUÍ, Marilena. *Sobre a Violência*. 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021 [Orgs. Ericka Marie Itokazu; Luciana Chauí-Berlinck].

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique. *O Partido Militar e as Escolas do Exército: a educação e a formação militar*. Cascavel: Eduenioeste, 2003.

CURTIS, Ian. “She’s lost control”. In: Joy Division. *Unknown pleasures*, 1979 [CD].

DALCHER, Christina. *Vox*. Trad. Alves Calado. São Paulo: O Arqueiro, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echarlar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIONÁRIO *Latim – Português*. São Paulo: Edipro, 2016.

ECO, Umberto. *Pape Satàn aleppe: crônicas de uma sociedade lí-*

quida. 4. ed. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Süsserkind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 3ª reimp. Trad. El-nice Albergaria Rocha; Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015.

FERNANDES, Millôr. *Millôr Definitivo: a Bíblia do caos*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

FERREIRA, Oliveira S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Senac, 2000.

FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: UBU, 2017.

FLUSSER, Vilém. *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Annablume, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. 1ª reimp. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2022.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FREUD, Sigmund. “Introdução ao Narcisismo”. In: _____. *Obras Completas*, vol. 12. 5ª reimp. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FREUD, Sigmund. “A Negação”. In: _____. *Obras Completas*, v. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FROMER, Marcelo; BELLOTO, Tony; REIS, Nando; ANTUNES, Arnaldo. “Nome aos Bois”. In: Titãs. *Jesus Não tem Dentes no País dos Bangueiros*, 1987. [CD]

FROMM, Erich. *Anatomia da Destrutividade Humana*. 2ª ed. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FRONT 242. “Headhunter” In: _____. *Front by Front*, 1988. [CD]

HAN, Byung-Chul. *A Salvação do Belo*. Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

HANSEN, João Adolfo. *Aula magna*. s/l: Zazie Edições, 2019.

HORKHEIMER, Max. *Crepúsculo: notas alemãs (1926-1931)*. Trad. Luiz Philipe de Caux. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

JARRE, Jean-Michel. *Musique pour Supermarché/Musique for Supermarkets*. Disponível em: <https://soundcloud.com/volty-77/music-for-supermarkets-jean> – Acesso em 9 de mar-

ço de 2023.

JUNG, Carl Gustav. *A prática da psicoterapia*. 16ª ed. 13ª reimp. Trad. Maria Luiza Appy. Petrópolis: Vozes, 2021.

LACAN, Jacques. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2ª ed. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LASCH, Christopher. *A Cultura do Narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Trad. Ernani Pavanelli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LENTZ, Rodrigo. *República de Segurança Nacional: militares e política no Brasil*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2022.

LIPOVETSKY, Gilles. “Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna”. In: ____; CHARLES, Sébastien. *Os tempos hipermodernos*. 3ª reimp. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Barcarola, 2007.

LUCAS, Fábio. *Literatura e comunicação na era da eletrônica*. São Paulo: Cortez, 2001.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2ª ed. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*. 4ª ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1973a.

MARCUSE, Herbert. *Contrarrevolução e Revolta*. Trad. Ávaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973b.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I*. 26ª ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Trad. José Paulo Netto; Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAYER, Jacob-Peter. “Avant-propos”. In: BAUDRILLARD, Jean. *La Société de Consommation: ses mythes, ses structures*. Paris: Éditions Denoël, 2018, p. 14-15.

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado (precedido de Retrato do Colonizador)*. 3ª ed. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX – o espírito do tempo: neurose*. 4ª ed. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

MOURA, Gerson. *O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do governo Dutra*. 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2021.

NOBRE, Marcos. *Limites da Democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.

PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PALAHNIUK, Chuck. *Clube da Luta*. Trad. Cassius Medauar. São Paulo: Leya, 2012.

PERELMAN, Chaïm; Obrechts-Tyteca, Lucie. *Tratado da*

Argumentação: nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. 3ª ed. 12ª reimp. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

PLEBE Rude. “Brasília”. In: *O Concreto Já Rachou*, 1986 [CD]

RIBEIRO, Renato Janine. *A Etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significado*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2019.

SANDEL, Michael J. *A tirania do mérito: O que aconteceu com o bem comum?* 6ª ed. Trad. Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. 24ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SARAMAGO, José. *As Intermittências da Morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCANDURRA, Edgar. “Casa de Papel”. In: *Ira! Vivendo e Não Aprendendo*, 1986. [CD]

SEIXAS, Ivan. *General Golbery e o Entreguismo Militar Brasileiro*. Curitiba: CRV, 2021.

TAVARES, Maria da Conceição. “A Retomada da Hegemo-

nia Norte-Americana”. In: _____.; FIORI, José Luís (orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

TROTSKY, Leon. *Revolução e Contrarrevolução*. Trad. Mário Pedrosa. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

WILLIAMS, Raymond. “Consumidor”. In: _____. *Palavras-Chave [um vocabulário de cultura e sociedade]*. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

YOUNG, Michael D. *The Rise of the Meritocracy*. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2008.

Assim como as treze falas reunidas neste livro meticulo-
so e elegante, bem-humorado e amoroso, as cartas (dizia
Lacan) sempre chegam ao destino. Como um balbucio,
esses pequenos textos nos pedem para serem ouvidos,
mais do que lidos. Ou, dito de outro modo, sua escrita
desdobra-se em um movimento de escuta – voltado ao
outro, portanto –, buscando traduzir nossos fragmentá-
rios tempos. As falas consumista, moderada, mitomaní-
ca, (in)crédula, pragmática, protagonista, jactanciosa,
monológica, negacionista, solidária, imperialista, reacio-
nária, lacônica (e quantas mais pudessem a elas se
somar) permeiam umas às outras e imiscuem-se em
nossas próprias vozes. No intervalo entre o que se diz e
que se ouve, inscreve-se o ruído que se desdobra em múl-
tiplas interpretações, ao mesmo tempo autônomas e en-
cadeadas, possibilitando uma leitura entremeada pelas
falas. Quer sigamos um percurso linear, quer escolhamos
escutar os textos em uma ordem outra, as flutuações
entre linguagem, memória e política surgem como fios a
tecer a narrativa. Se toda carta é, de certo modo, uma fala
consigo mesmo, um rumor que mobiliza os sentidos, as
palavras de Jean Pierre Chauvin induzem o leitor-ouvin-
te a perguntar quem fala nessas falas – por vezes espe-
rançosas, por vezes desalentadas –, mas sempre voltadas
a futuros possíveis. Ao final da leitura, evidencia-se que o
autor não esteve a conversar com as paredes. A expecta-
tiva é que esses diagnósticos reverberem e sigam em re-
voada, alcançando outros caminhos.

Rosana de Lima Soares

ISBN 978-65-5380-212-4



9 786553 802124